

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 29 | Nº 06 | JUNHO 2009 | R\$ 15,00



Especial Decifrando a lei ambiental



Soja Análise do mercado mundial

Crédito rural Sugestões de um novo sistema

O agronegócio é o seguinte

As discussões do Código Ambiental

EM PLENO mês do meio ambiente, a sociedade brasileira debate a proposta de criação do Código Ambiental Brasileiro, em substituição ao atual e complexo Código Florestal, aprovado pela Lei nº 4.771 de 1965, que já teve vários itens alterados e sofreu mudanças em cinco momentos nos últimos trinta anos: em 1978, 1986, 1989, 2001 e 2006. Depois de quase uma década, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), composta por 208 deputados federais e 35 senadores, encaminhou a proposta ao Congresso Nacional.

A proposta de alteração do Código Florestal traz à discussão diversos pontos, sendo um deles a produção agrícola já tradicional no País realizada em áreas de várzeas, encostas e topos de morros, classificadas como APPs. Neste aspecto é bem interessante atentar para a matéria sobre o trabalho desenvolvido no município de Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso: um verdadeiro *case* de sucesso nacional na gestão da sustentabilidade no agronegócio.

Com análise técnica e científica, a adequação entre o meio ambiente e a agricultura brasileira passa pela:

- Soma das APPs com a reserva legal;
- Emissão da manutenção da agricultura em APPs nas áreas consolidadas do Centro-Sul;
- Permissão de recomposição, mesmo nas áreas de APPs, com florestas plantadas que deem utilização econômica;
- Não punição de produtores infratores dispostos a regularizar suas terras.

Agroanalysis traz também as sugestões da Organização das Cooperativas Brasileiras e da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária para o Plano Agrícola e Pecuário de 2009/10. Diante de custos elevados de produção, das incertezas e dos possíveis impactos da crise financeira internacional na pauta de exportação do se-

tor e na renda dos produtores rurais, torna-se necessário reestruturar e ampliar os recursos e prazos do crédito rural para custeio, comercialização e investimento na produção agropecuária. Paralelamente, novos conceitos devem ser consolidados, tendo-se como exemplos os instrumentos privados de financiamento do agronegócio e a implantação de um seguro de renda ao produtor e aos associados de cooperativas.

Na condição de principal cadeia produtiva nacional, a soja tem um tratamento todo especial nesta edição. A busca de alternativas para captação de recursos e o cumprimento das exigências de capital de giro é o grande desafio para o próximo plantio da safra 2009/10. A relação real/dólar, apesar da sua recente valorização, justamente na fase em se que concentrava a comercialização da colheita, colaborou para a obtenção de um melhor resultado financeiro, já que mesmo com o dólar a R\$1,95, o valor é bem superior ao vigente na safra passada. Estrategicamente, com a China tendo um peso colossal no desempenho nas suas exportações, a grande questão no complexo soja consiste em saber para qual produto o Brasil dirigirá as vendas externas: grão, farelo ou óleo?

As principais informações colhidas no Fórum Abag, em sua 15ª versão, sobre logística, estão em caderno especial. O tema é fundamental para a competitividade das cadeias produtivas nacionais do agronegócio. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) faz parte desta agenda. Para atender à expansão prevista na produção agropecuária, gargalos terão de ser desobstruídos para o seu escoamento interno e externo. Do ponto de vista de ocupação territorial, existe aquela continental, voltada para a fronteira nas regiões centrais do País, junto com a marítima, mais próxima dos portos. Cada uma delas envolve estratégias e ações diferentes. ■

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas.

Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Carlo Filippo M. Lovatelli, Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano

Editor chefe: Antônio Carlos Kfourir Aidar

Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza

Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felipe Cauê Serigati

Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redação

Redator: Bruno Blecher

Arte: André C. Michelin e Renata Owa

Revisão: Cacalo Kfourir

Fotos: Embrapa Monitoramento por Satélite, stockxpert.com e sxc.hu (capa) e Getty Images (págs. 04,05,10 e 18)

Secretaria e apoio administrativo: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Publicidade: Representante comercial: Valor Rural Consultoria e Comunicação, Tel.: (11) 5973-5721, e-mail: jcotrim@terra.com.br. Contato comercial: José Luis Ballalai Cotrim.

Circulação/assinaturas: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-3220, Fax: 11 3262-3708, e-mail: contato@agroanalysis.com.br

Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 548, 8º andar, Tel.: (11) 3281-3220, Fax: 3281-7891

www.fgv.br/agroanalysis



FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella

Conselho Diretor

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sergio F. Quintella

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira e Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho e Nestor Jost

Conselho Curador

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Dante Letti (Souza Cruz S/A), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Mauricio Matos Peixoto, Raquel Ferreira (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang e Mauro Sérgio da Silva Cabral (IRB-Brasil Resseguros S.A.)

Suplentes: Aldo Floris, Gilberto Duarte Prado, Luiz Roberto Nascimento Silva, Karine Brandão (Brascan Brasil Ltda), Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédito Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Roger Agnelli (Cia. Vale do Rio Doce), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.) e Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.)

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano

Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos

Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca

Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS

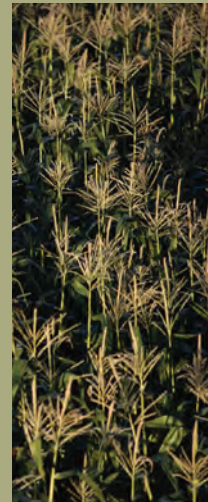
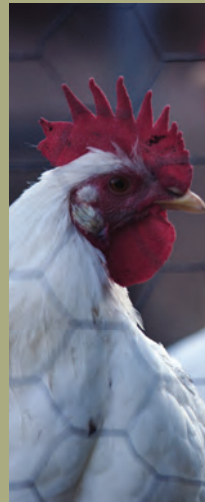
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

ACESSE O SITE
www.fgv.br/agroanalysis

ou ligue

0800 770 88 81

e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio



Abre Aspas

6 Luís Carlos Guedes Pinto

9 Macroeconomia

10 Agrodrops

12 Frases e comentários

Mercado & Negócios

13 Sojicultura I

15 Sojicultura II

17 *The Economist*

Especial Aprosoja

19 Soja: produtores de Mato Grosso
querem modais de transporte eficientes

Especial

29 Código Florestal

Especial Abag

36 Logística

Sustentabilidade

42 Lucas do Rio Verde Legal

Especial Andef

44 Andef 35 anos

Especial OCB

46 Crédito rural no Brasil

49 Diário de bordo

49 Produzir

50 Opinião

Especial Código Florestal



Embrapa Monitoramento por Satélite

Decifrando a lei ambiental

Soja



sxc

Análise do mercado mundial

Crédito rural



sxc

Sugestões de um novo sistema

The Economist



Terceirização da terra

Luís Carlos Guedes Pinto

Vice-presidente de Agronegócios do Banco do Brasil

Seguro rural e mercado futuro podem garantir renda do agricultor

por Bruno Blecher

“É MAIS barato para o governo subsidiar o seguro rural e as opções do mercado futuro do que ficar renegociando todos os anos as dívidas dos agricultores”, diz Luís Carlos Guedes Pinto, vice-presidente de Agronegócios do Banco do Brasil.

Engenheiro agrônomo formado pela Esalq/USP na turma de 65, Guedes foi ministro da Agricultura entre 2006 e 2007. Nesta entrevista à *Agroanalysis*, ele anunciou que o Banco do Brasil vai elevar em 30% o volume de recursos para a safra 2009/2010.

AGROANALYSIS Vamos começar com o Plano Agrícola do governo para a safra 2009/2010, anunciado recentemente. O dinheiro é suficiente?

LUÍZ CARLOS GUEDES PINTO São R\$ 93 bilhões para a agricultura empresarial e 15 bilhões para a agricultura familiar, totalizando R\$ 108 bilhões. Nos últimos 30 anos houve uma transformação radical na fonte dos recursos que financiam a agricultura brasileira. No passado, o dinheiro vinha basicamente do Tesouro Nacional. Hoje, parte dos recursos vem de outros segmentos que têm interesse na agricultura. Estou me referindo às *tradings*, os revendedores de insumos e os próprios produtores rurais. Se compararmos os números de hoje com os do final da década de 70, vamos ver que em alguns anos o valor total do financiamento à agricultura, somando recursos para custeio, investimento e comercialização, chegava a ultrapassar o valor da safra. Hoje, os recursos do sistema financeiro representam aproximadamente um ter-



“Renegociar dívida dá mais trabalho do que financiar uma nova safra”

ço das necessidades do financiamento da agricultura. Houve uma mudança muito grande nesse sentido, inclusive em termos absolutos, os recursos destinados a financiar a agricultura hoje são menores do que há 20 anos, e a agricultura brasileira hoje é várias vezes maior do que era há 30 anos. A grande questão que se coloca

hoje é que o crédito rural, que era basicamente oriundo de recursos do Tesouro Nacional, passa a ser cada vez mais um crédito comercial, sujeito, portanto, aos riscos inerentes às atividades financeiras e, sobretudo, aos riscos da agricultura.

AGROANALYSIS Agricultura é uma atividade de alto risco.

GUEDES PINTO O financiamento da agricultura traz em si o risco de qualquer atividade financeira, qualquer empréstimo tem um risco, mas o crédito rural tem um risco específico, oriundo das peculiaridades da atividade agropecuária, que é uma atividade de caráter biológico, que tem ciclos e, portanto, está sujeita a uma série de condicionantes, de ajustes da produção. Além disso, ela trabalha com produtos perecíveis, os estoques são caros, depende do clima, enfim é crédito de maior risco. O que acontece é que, paulatinamente, com a retirada do setor público, os financiamentos se concentraram no Banco do Brasil. É um banco público, mas é um banco comercial, que tem ações na Bolsa e responde por mais de 60% dos saldos do financiamento da agricultura brasileira. Além do Banco do Brasil, tem o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia e as cooperativas de crédito, ou seja, a participação do sistema financeiro não público é relativamente pequena. Estima-se, a grosso modo, que um terço dos recursos que financiam hoje a agricultura provém do sistema financeiro, um terço vem dos próprios agricultores e um terço das *tradings* e das empresas de insumos. É importante destacar que no Sul predominam propriedades menores que no

Centro-Oeste, e o limite de financiamento para cada atividade – milho, soja, algodão – é limitado, tantos mil reais por CPF por produtor, por isso mesmo os produtores utilizam CPF de outros membros da família para poder aumentar o valor do financiamento, sobretudo no Centro-Oeste. No Sul, os recursos por rubrica, por CPF, atendem em maior escala a necessidade do produtor, no Centro-Oeste a participação é de uns 20%. É menor a participação das *tradings* no Sul, e maior no Centro-Oeste. O grande desafio que nós temos é ampliar o volume de recursos do sistema financeiro. No ano passado, devido à grande crise mundial houve uma retração forte de crédito no segundo semestre. Isso atingiu principalmente as *tradings*, e não é por acaso que o maior problema de falta de crédito ocorreu no Centro-Oeste. Muitos agricultores tiveram que bancar a safra do próprio bolso, e alguns deles acharam mais vantajoso fazê-lo. Temos uma estimativa que mostra que no Centro-Oeste, quando o agricultor toma recursos das *tradings* para financiar sua safra, ele paga cerca de 21% de juros reais, até mais. Quando ele troca a soja que vai colher pelo adubo, utiliza alguns desses mecanismos de antecipação, está pagando uma taxa de juros mais elevada. Por isso que eu defendo o ponto de vista de que seria muito mais importante aumentar o volume de recursos a taxa de juros controlada do que baixar 1% ou 2% dos juros do crédito oficial.

AGROANALYSIS Crédito rural é um bom negócio para os bancos?

GUEDES PINTO Não é um dos melhores, mas é bom negócio, porque o banco tem uma larga experiência no setor. Tradicionalmente, o Banco do Brasil está vinculado à agricultura brasileira e sem dúvida alguma é o banco que tem maior experiência na aplicação de recursos para o financiamento agrícola. Nós utilizamos a totalidade dos recursos que vem da exigibilidade dos depósitos à vista e também da poupança rural. E no caso da poupança rural a uma taxa de equalização que é negociável com o Tesouro Nacional, o

“Muitos agricultores tiveram que bancar a safra do próprio bolso e acharam mais vantajoso”

que faz com que o financiamento da agricultura não cause prejuízos ao Banco do Brasil. É inclusive rentável. O problema para o Banco do Brasil são as sucessivas prorrogações e renegociações das dívidas. Elas afetam muito o resultado do banco, na medida em que pelas normas do Banco Central relativas ao estabelecimento do risco da operação, toda vez que se faz uma negociação, ele agrava o risco e, consequentemente, aumenta a chamada PCLD, Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa. E quando você aumenta a PCLD, você está afetando o resultado do banco. Nos últimos sete anos, aumentou dez vezes a provisão do banco na carteira do agronegócio. Há sete anos, as nossas provisões eram de R\$ 473 milhões, hoje a PCLD está em R\$ 5,1 bilhões. Isso é prejuízo para o banco. Afeta o resultado, além disso renegociar dívida dá mais trabalho do que financiar uma nova safra.

AGROANALYSIS Qual é o tamanho da dívida agrícola?

GUEDES PINTO A última renegociação foi da ordem de R\$ 75 bilhões. É um pouco complicado falar sobre isso. Veja bem, o Banco do Brasil tem hoje R\$ 65 bilhões na agricultura, mas dentro desse valor tem uma parcela grande de financiamento da última safra, que foi da ordem de R\$ 30 bilhões, que os agricultores em grande escala vão amortizar. E há também financia-

mentos de investimentos de vários anos e também uma parcela de renegociação que foi prorrogada. Então, se o Banco do Brasil representa cerca de 60% do montante do financiamento da agricultura e ele tem R\$ 65 bilhões de reais, digamos que o total das dívidas do sistema financeiro é da ordem de R\$ 110 bilhões de reais. Mas aí você tem dívidas da safra que o agricultor vai pagar, dívidas que são de cinco ou sete anos de investimento que também estão normalizadas e renegociações em curso. Além disso, você tem dívida dos produtores com as *tradings* e com os revendedores. Esse número é muito difícil de calcular com exatidão, mas se com o sistema financeiro há um débito de R\$ 110 bilhões, talvez seja de R\$ 130 bilhões o total da dívida. A maior parte desses R\$ 110 bilhões é dívida normal. A dívida que está prorrogada, refinanciada é uma parcela menor.

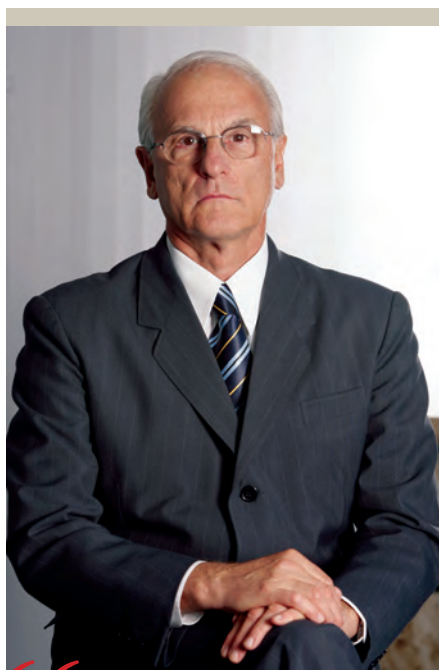
AGROANALYSIS Qual é a dívida podre?

GUEDES PINTO Precisa ser muito cuidadoso com essas comparações. Nós temos duas questões pela frente: uma é o passivo, que precisa ser equacionado, e outra é implementar mecanismos que impeçam que isso venha a se reproduzir no futuro. A história tem demonstrado nos últimos 15 anos que as renegociações ocorrem quase todos os anos. Nós precisamos criar mecanismos para evitar que isso ocorra. Nós criamos um grupo de trabalho envolvendo o MAPA, o Ministério da Fazenda, a CNA e o Banco do Brasil. E estamos rediscutindo o conjunto de instrumentos para o financiamento a agricultura. Várias idéias estão sendo analisadas e o grupo não está preocupado em apresentar resultado a curto prazo, porque sabe que esse tema é muito complexo. Particularmente, nós do Banco do Brasil temos definido que, a curto prazo, há dois instrumentos que poderiam ajudar muito para que no futuro nós pudessemos evitar essas renegociações. Um é o seguro rural, que é o da produção, caso aconteça um sinistro. Este ano, por exemplo, tivemos seca no Sul e excesso de chuva no Norte e Nordeste que causaram

prejuízos graves. O seguro rural protege o produtor no caso da ocorrência de um sinistro. Nós precisamos aperfeiçoar os mecanismos do seguro rural. O seguro rural tem crescido bastante. Muitas vezes o produtor não tem problema com a safra, ele tem uma colheita de acordo com a sua expectativa, mas os preços estão baixos e não cobrem os custos de produção. Qualquer produtor tem a expectativa de cobrir os custos e ter um ganho. Para isso é preciso ampliar a consciência e o uso dos mecanismos do mercado de futuros. Por meio desses instrumentos, o produtor pode travar o preço de seu produto, de maneira que possa cobrir os custos e produção e garantir seus lucros.

AGROANALYSIS Por que o produtor brasileiro usa tão pouco o mercado de futuros?

GUEDES PINTO Primeiro porque não há muita consciência e tradição no Brasil, como se tem nos EUA e em outros países. Tanto é que a BM&FBovespa começou no ano passado um programa, do qual fomos parceiros, chamado BMF&Bovespa vai ao campo. Houve várias reuniões nos principais centros da agricultura brasileira, e novamente este ano vamos ao campo difundir o uso desses mecanismos. O Banco do Brasil já treinou mil funcionários em convênio com a BM&F. Estamos preparando o pessoal do banco para oferecer aos produtores instrumentos do mercado de futuros, inclusive lançando opções. A nossa Bolsa tem apenas alguns produtos no mercado de futuros, embora a BM&FBovespa seja uma das grandes bolsas do mundo. A atuação é relativamente recente e algumas das *commodities* ainda não têm muita liquidez. Então é preciso difundir e ampliar, mas isso só acontece na medida em que houver demanda. Nós defendemos o ponto de vista de que, da mesma forma que o governo subsidia em média em 50% o custo do seguro rural, também deveria subsidiar os mecanismos do mercado de futuros. Por exemplo, se o governo lançar opções, subsidiar uma parte das opções para estimular o produtor. Na minha avaliação, eu fiz esses cálculos, seria mais barato para o gover-



“O grande desafio é ampliar o volume de recursos do sistema financeiro para a agricultura”

no subsidiar o seguro rural e opções do mercado futuro do que assumir o ônus da renegociação.

AGROANALYSIS A BM&F e o Banco do Brasil lançaram juntos um novo contrato para o milho.

GUEDES PINTO A idéia é o Banco do Brasil atuar neste campo junto com a BM&FBovespa. Este é um dos caminhos. O crédito rural deveria ser acompanhado necessariamente de seguro da produção e travamento de preços no mercado de

futuros. Aí o produtor tem a sua garantia de renda. Seriam mecanismos de seguro de renda para o produtor rural. Aí não há porque de o produtor deixar de cumprir suas obrigações junto ao sistema financeiro. Se isso ocorrer, você pode ter uma maior oferta de recursos do sistema financeiro para a produção e, desta forma, reduzir o custo do dinheiro para o produtor.

AGROANALYSIS O impacto da crise global parece que não foi tão forte na agricultura?

GUEDES PINTO Nós tivemos problemas regionais na safra 2008/2009, mais pontuais, algumas áreas de seca no oeste do Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e numa parte de Mato Grosso do Sul. Excesso de chuva no sul do Maranhão e em algumas regiões do Nordeste, que causou um impacto muito grande. Mas no conjunto da agricultura brasileira, a safra 2008/2009 deu continuidade a uma recuperação que começou há dois anos. Os preços estão acima da média histórica. Os custos de produção, com a queda do dólar, foram relativamente menores, então eu diria que a agricultura brasileira, tomando o seu conjunto, atravessa um período positivo. Há crises localizadas, frigoríficos criaram problemas, mas na média a agricultura conseguiu estar acima da expectativa de um ano atrás. Na safra 2008/2009, o Banco do Brasil ampliou em 80% os recursos destinados à agricultura em relação a 2007/2008, em um momento de retração de crédito. E a nossa expectativa é aumentar em mais 30% o volume de crédito na safra 2009/2010.

AGROANALYSIS E o que o senhor espera para a nova safra?

GUEDES PINTO Falar sobre o futuro é muito arriscado, sobretudo na agricultura. Para a próxima safra, ressaltada a questão climática, que sempre é um risco, eu acredito que será similar a das duas últimas safras. Talvez haja até alguma expansão, os preços estão atraentes. Mas agora o dólar está caindo, o que dificulta as coisas. ■

Macroeconomia

O novo desacoplamento

Rogério Mori*

UM DOS grandes temas no fim de 2007 e início do ano passado era o potencial descolamento das economias emergentes em relação ao que vinha ocorrendo nos EUA. Os cenários mais otimistas apontavam que as economias emergentes seguiriam crescendo enquanto a economia norte-americana enfrentaria uma recessão severa em função dos excessos do crédito privado e do estouro da bolha imobiliária americana.

Esse quadro, em grande medida, não se confirmou. A partir da falência do banco norte-americano Lehman Brothers em setembro do ano passado e da acentuada queda dos preços das *commodities*, a crise se espalhou rapidamente para os países emergentes, afetando diretamente a economia brasileira.

Por isso, nosso PIB recuou 3,6% no quarto trimestre do ano passado, representando uma das maiores quedas registradas na história recente. Por sua vez, a produção industrial brasileira registrou queda acentuada nesse mesmo período e outros setores da nossa economia também foram afetados duramente.

O fenômeno foi registrado de maneira similar em todo o mundo emergente, com destaque para as economias do Sudeste Asiático, América Latina e Leste Europeu. Assim, a tese do descolamento ruíu inteiramente ao longo dos últimos meses.

Após dois trimestres de retração, a economia brasileira começou a dar mostras

de reação. No final de maio a bolsa brasileira já acumulava alta de mais de 30% no ano e a moeda brasileira apresentava apreciação relevante no curto prazo. Ocorreram também pequenos aumentos de produção. Deve-se ressaltar que grande parte da melhora das contas externas brasileiras nos meses recentes se deveu à China, que continuou apresentando crescimento substancial em meio à crise, especialmente devido aos estímulos governamentais.

De fato, Brasil, China e Índia continuam fazendo jus às perspectivas do Bric com posição de destaque na economia global. O cenário mundial continua relativamente sombrio, realçando ainda mais os acontecimentos da economia brasileira. Nesse ambiente de incerteza, os desempenhos da China, Índia e do Brasil acabaram proporcionando uma espécie de “oásis” de investimentos. O bom desempenho recente dos nossos indicadores econômicos e financeiros depende desse movimento.

Por sua vez, o fluxo de capitais que vem apreciando a cotação do real ante o dólar e elevando o preço das ações deve-se muito ao otimismo dos investidores estrangeiros com o Brasil. E a China é uma peça fundamental nesse contexto.

Em abril, a maioria de nossas exportações foi para destinada a esse país, com destaque para ferro, celulose e soja. Embora os efeitos da crise financeira te-

nham impactado negativamente as duas economias de maneira distinta, a relação entre os dois países tem demonstrado enorme dinamismo. De acordo com o MDIC, em março o País exportou para US\$ 1,7 bilhão para a China – um aumento de 134,6% em relação ao ano anterior. Dentre os produtos exportados, os minerais lideraram, com 56,1% de crescimento, seguido pelos produtos agrícolas, com crescimento de 16,5%. As importações brasileiras, por sua vez, são mais diversificadas e se concentram em maquinários, produtos eletrônicos, têxteis, químicos e seus derivados, somando um total de US\$ 2,38 bilhões no primeiro trimestre de 2008. Em outras palavras, a demanda chinesa tem ajudado a segurar nossas vendas externas garantindo o fluxo de dólares em termos de comércio exterior.

Nesse contexto, investidores estrangeiros retomaram suas aplicações em ativos brasileiros, especialmente na Bolsa de Valores, garantindo dólares pela via da conta capital. Ficou claro nesses últimos meses que se a China vai bem, o Brasil também vai, pelo menos do ponto de vista de entrada de recursos externos. Resta saber como reagiremos no caso de um estouro da “bolha chinesa” futuramente. ■

* Professor e Coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada (Cemap) da FGV-EESP

Por Bruno Blecher

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: brunoblecher@uol.com.br



Abacate na bomba

O abacate virou mais uma alternativa de biocombustível. Sua grande vantagem, dizem os pesquisadores da Unesp de Bauru, é a possibilidade de se extrair do mesmo fruto o óleo (da polpa) e o álcool etílico (do caroço). Outro ponto a favor é o fato de o Brasil ser o terceiro produtor mundial de abacate, com cerca de 500 milhões de frutas/ano. O abacate é cultivado por aqui em quase todos os estados, e a produção se dá o ano todo, com 24 espécies que frutificam a cada três meses. O ponto negativo é que o país não tem tecnologia para processar o óleo de abacate. Nos experimentos feitos na Unesp, o biodiesel do óleo de abacate se mostrou semelhante ao biodiesel de soja, com exceção da coloração esverdeada [o de soja é amarelo]. Em se tratando de combustível renovável, é uma grande vantagem.

Menos adubo

Nos primeiros cinco meses deste ano, as vendas de fertilizantes totalizaram cerca de R\$ 6,6 milhões de toneladas, queda de 26% em relação ao comercializado no mesmo período do ano passado.

Exportação de milho

Os técnicos da Conab estimam que o Brasil deva exportar 8 milhões de toneladas de milho, enquanto 45 milhões de toneladas do cereal serão consumidas pela indústria nacional.



O exemplo do Pantanal

Levantamento realizado por ONGs, com a consultoria da Embrapa Pantanal, concluiu que 85% da vegetação nativa do Pantanal estão intactos. O levantamento comprova que a pecuária extensiva tradicional praticada no Pantanal desde 1737 contribuiu para a conservação ambiental da região, que hoje representa o ecossistema com melhor índice de conservação do país.

Correio orgânico



No mês passado, a primeira remessa de produtos orgânicos de pequenos agricultores foi enviado pelos Correios para o exterior. Os produtos são enviados pelo Exporta Fácil, dos Correios, que permite a pequenas e médias empresas e pessoas físicas exportar para mais de 200 países de forma facilitada.

NOVOS CORANTES



Uma pesquisa testou a extração de corantes de milho como alternativa aos sintéticos. Além de não poluir, os corantes naturais podem trazer benefícios à saúde por apresentar pigmentos antioxidantes e anti-inflamatórios. O estudo foi publicado na revista *Ciência e Tecnologia de Alimentos*. Segundo Elias Basile Tambourgi, professor da Unicamp e um dos autores do artigo, as antocianinas do milho roxo foram usadas pelos incas na preparação de bebidas e no tingimento de fibras têxteis. “Eles obtinham os pigmentos de forma artesanal, utilizando processos mecânicos por meio de atrito e raspagem da semente”.

TERRA CAI 6% NOS EUA

Levantamento do Federal Reserve Bank of Chicago mostrou que o preço médio das terras agrícolas teve forte queda no primeiro trimestre deste ano nos principais estados do Meio-Oeste americano, principal região produtora de grãos. A desvalorização média foi de 6% na comparação entre os preços de 1º de abril e 1º de janeiro deste ano, a maior queda desde 1985.

Brasil na OIE

O Brasil manteve sua participação na Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), após eleições na 77ª Sessão Geral do Comitê Internacional, em Paris (França), na semana passada. O diretor de Saúde Animal do Ministério da Agricultura, Jamil Gomes de Souza foi reeleito presidente do Comitê da OIE para as Américas. Já o diretor de Programa da Área Animal, Jorge Catano Júnior, foi eleito secretário da Comissão do Código Sanitário.



SRB 90 ANOS

A Sociedade Rural Brasileira (SRB) foi homenageada pelos seus 90 anos em sessão solene, realizada no plenário da Câmara dos Deputados, no dia 1º de junho. A iniciativa da homenagem foi do deputado Duarte Nogueira (PSDB-SP).

Assim não dá

A proposta de redução entre 17% e 26% das emissões dos gases efeito estufa até 2020, apresentada pelos países industrializados em Bonn, é insuficiente para enfrentar o aquecimento global. É o que afirma Yvo de Boer, coordenador do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) da ONU, para quem é imprescindível o corte entre 25% e 40% das emissões até 2020.

HÁ CINCO ANOS...



“Vejo boas possibilidades de negócios a médio e longo prazos. Os chineses têm simpatia pelo Brasil. Eles veem o Brasil como um país continental, semelhante ao deles, com alguns problemas comuns. Não somos um risco, nem comercial nem político, para a China”

CARLO LOVATELLI,
presidente da Abag, na
Agroanalysis de junho 2004

Energia limpa

De acordo com relatório da ONU, o volume de investimentos em projetos de energia limpa em 2008 quadruplicou em relação a 2004. A maior parte dos investimentos ocorreu no Brasil e na China. Os EUA registraram queda de 2%, enquanto o crescimento na Europa caiu. Os maiores investimentos estão ocorrendo na área de biocombustíveis, energia eólica e solar. O Brasil é o maior mercado mundial de energias renováveis. Cerca de 46% de toda a energia consumida no país são provenientes de fontes limpas.

Foto: Roosevelt Pinheiro/ABr



“O custo da recuperação de pastagens degradadas é relativamente baixo, entre R\$ 1.500 e R\$ 3.000 por hectare, mas o valor não é tão baixo quanto avançar em área virgem e desmatar mais. Isso custa entre R\$ 300 e R\$ 600 o hectare”

ROBERTO MANGABEIRA UNGER,
ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos

“O que preocupa o setor exportador é a questão cambial. A cotação da moeda norte-americana, abaixo de R\$ 2, significa prejuízo certo, e infelizmente as autoridades monetárias parecem não demonstrar preocupação com relação a isso”

PEDRO CAMARGO NETO,
presidente da Abipecs

“Vender gado para os frigoríficos de Mato Grosso só à vista”

Manchete do jornal da Famato no dia 6 de junho 2009 (Federação da Agricultura de Mato Grosso)

“Espero que este encontro reintroduza a vontade política”

SIMON CREAN, ministro do comércio australiano, ao iniciar em Bali, no dia 7 de junho último, uma reunião do grupo de Cairns, que tenta destravar a Rodada Doha

“Uma nova fase se cristaliza entre as organizações e lideranças do terceiro setor: o ambientalismo de resultados. Significa menos conversa, mais gestão”

XICO GRAZIANO, secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo

“O gasto com o frete, em torno de US\$ 120 por tonelada até Paranaguá, consome 38 sacas de soja, ou seja, temos de colher 38 sacas apenas para custear o frete, fora os outros insumos”

GLAUBER SILVEIRA, presidente da Aprosoja (Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso)

“A produção de etanol de primeira geração ainda pode progredir muito e atingir níveis de produtividade bem superiores aos atuais, antes das conquistas tecnológicas prometidas pela segunda geração do biocombustível”

JOSÉ GOLDEMBERG,
físico e professor da USP



Sojicultura I

Perfil das exportações

UMA BREVE análise do desempenho mundial das exportações no complexo soja (grãos, farelo e óleo), durante o período pós 1996, deixa alguns sinais interessantes com relação ao comportamento dos três grandes países produtores, que no conjunto representam 89% do total: Argentina, Brasil e Estados Unidos

De um modo geral, em termos da produção mundial, o desempenho mostrou excelente dinamismo. A quantidade saiu de 125 milhões de toneladas, em 1996, para chegar a 220 milhões de toneladas. Um salto superior a 75%. O Brasil cresceu 150% e a Argentina 225%, enquanto os Estados Unidos ficaram com 35%. Portanto, não é à toa o deslumbramento existente em torno da importância adquirida pelo grão na agricultura global.

Quanto às exportações, a Argentina, com crescimento no grão, farelo e óleo, apresenta o melhor resultado. Já os Estados Unidos perderam participação, principalmente para o Brasil no grão e a para Argentina no farelo. Por sua vez,

o Brasil retraiu-se no farelo e óleo, mas cresceu no grão.

No Brasil, a soja, carro-chefe da produção nacional de grãos, contribuiu decisivamente para a expansão da fronteira da agricultura e a ocupação do Cerrado no Centro-Oeste. Sob a ótica das boas práticas agrícolas amigas do ambiente, a lavoura logra êxito com o uso do sistema de plantio direto.

Mercado e estratégia

Apesar do espaço crescente ocupado pelo Brasil no comércio mundial da soja, um ponto sobre o qual cabe maior ponderação diz respeito ao fato de que está concentrado no grão. Como acontece em outras *commodities* agrícolas, o país desperta tardiamente na visão de agregar valor aos produtos. É preciso desviar a estratégia provedora de matéria-prima, com baixo preço, sem auferir receitas sobre mercadorias industrializadas.

O princípio desse movimento vem com a Lei Complementar nº 87, chamada lei Kandir, em vigor desde 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal nas operações relativas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.

Embora tenha estimulado a produção de soja, ao isentar do ICMS as exportações do produto em grãos, mas com a sua manutenção nas negociações internas, as indústrias ficaram descobertas de mecanismos compensadores e com acúmulos enormes de créditos. A transferência dos créditos para as empresas é morosa e onerosa, com perda financeira e deságio. Um ônus pesado para o capital de giro.

Importância do Complexo

- Principal cultura agrícola do Brasil, em volume e renda;
- 243 mil produtores, em 17 estados (Censo 1995/96);
- 1,457 milhão de empregos: diretos (812 mil) e indiretos (645 mil);
- Responde por cerca de 10% das exportações do país;
- 70% da sua produção é exportada;
- Fornecedor de matérias-primas para produção de carnes de aves e suína, indústrias de alimentos, biodiesel e outros.

À medida que a soja avançou para os estados de Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Piauí e Rondônia, dentre outros, o mapa nacional da produção adquiriu novo formato. As áreas da lavoura se distanciaram das unidades moageiras.

A aplicação de ICMS nas operações interestaduais do produto em grão tira a competitividade dos derivados industriais de soja brasileira em relação a Argentina.

Nesta situação desfavorável, uma parcela das indústrias de processamento das Regiões Sul e Sudeste foi desativada. O caminho será dirigir investimentos de expansão para o Centro-Oeste, o novo núcleo de produção de soja. De acordo com o Instituto Mato-Grossense de Economia Agrícola (Imea), a capacidade de esmagamento de soja em Mato Grosso, principal produtor do Brasil, deverá aumentar para 33,9 milhões de toneladas na safra 2009/2010, ante 27,5 milhões observados em 2008.

Bons ventos

- Emergência do mercado chinês;
- Doença da vaca louca na Europa e nos Estados Unidos;
- Proibição de farelo a partir de derivados animais para alimentação do gado;
- Crescimento da renda e maior consumo de proteína no mundo;
- Uso de biocombustíveis com base em plantas oleaginosas.

Brasil: capacidade de moagem de soja (milhões de toneladas)

Ano	Volume
1996	20,0
2000	21,5
2004	28,9
2008	31,8

Fonte: Abiove

O problema está na falta de isonomia tributária do ICMS entre matéria-prima e produtos na exportação, o que provoca sérias distorções como:

- Acúmulo estrutural de créditos tributários de ICMS;

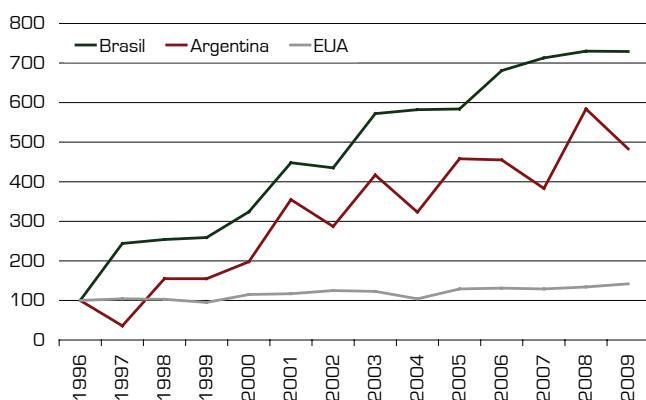
- Incentivo à exportação de matéria-prima (soja em grão) e empregos;
- Desestímulo à compra de um estado para processamento em outro;
- Estabelecimento da estrutura processadora sem racionalidade logística e econômica de livre mercado;
- Redução da margem da indústria processadora, como fechamento de várias unidades processadoras no Sul e Sudeste.

O processamento do grão resulta em proporção desigual de seus principais derivados (20% de óleo e 80% de farelo, grosso modo). Como justificativa para o esmagamento é preciso demanda para o

farelo. Isso depende das vendas de carnes destinadas ao mercado doméstico e para embarques.

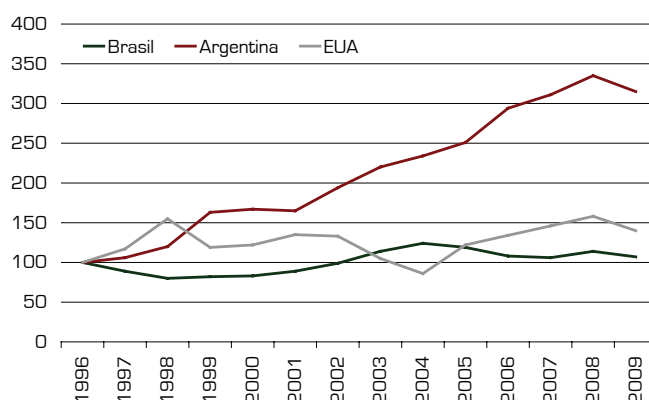
Apesar de algumas empresas terem anunciado investimentos no Centro-Oeste, a retomada do processo não será forte, diante da incerteza na economia global. Com isso, a perda de espaço do Brasil nas exportações globais de farelo e óleo não será revertida a curto prazo. Os recentes projetos inaugurados na Argentina (capacidade de moagem de 50 milhões de toneladas) e na China são complexos gigantes, com capacidade para esmagar mais de 12 mil toneladas de soja por dia. ■

Exportação de grãos de soja (base 1996 = 100)



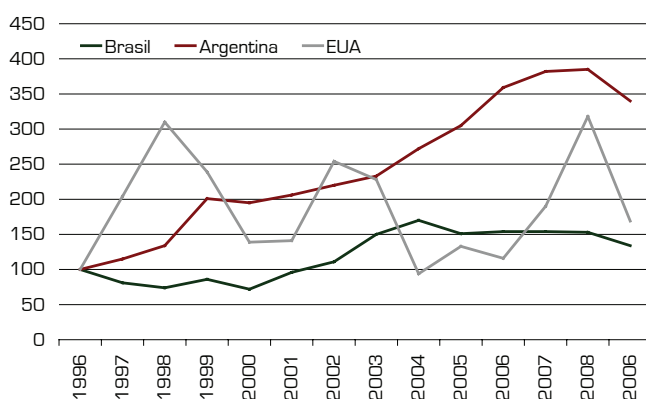
Fonte: USDA

Exportação de farelo de soja (base 1996 = 100)



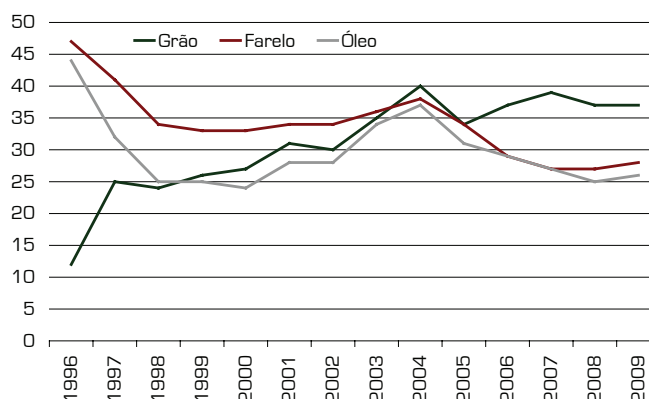
Fonte: USDA

Exportação de óleo (base 1996 = 100)



Fonte: USDA

Brasil: participação nas exportações mundiais (%)



Fonte: USDA

Sojicultura II

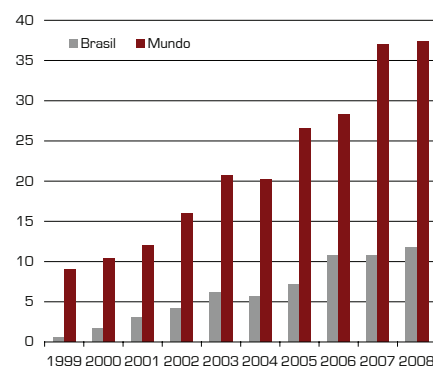
O gigante chinês

A CADEIA produtiva da soja, uma das maiores entre os produtos agrícolas de larga escala da China, envolve o plantio, esmagamento e a oferta de óleo e farelo para as criações. Depois de entrar na Organização Mundial do Comércio, em 2001, o setor passou por profundas mudanças, com:

- Aumento das importações;
- Maciços investimentos de capital e em tecnologia pelas empresas de processamento.

De fato, a China mudou seu perfil na comercialização externa da soja nos pós-80s. Até então, estava na condição de exportador líquido, com embarques anuais de aproximadamente 1,71 milhão de toneladas. De 1995 a 2000, enquanto as suas importações anuais cresciam, a suas exportações entraram em queda. Já entre 2000 e 2008, os volumes das importações cresceram substancialmente em 259,3%, de 10,4 para 37,4 milhões de toneladas. Do lado da produção assiste-se a uma estabilidade de volume,

Exportação de soja para a China (milhões de t)



Fonte: USDA

que foi de 15,5 milhões de toneladas em 2008.

A ampliação da 'liberalização' do comércio mundial e a entrada da China na OMC, trouxeram nova onda para o boom de soja, principalmente no Brasil, com a ocupação crescente da lavoura na Região Centro-Oeste. É claro que isso trouxe outro tipo de problema na área interna-

cional com relação ao desmatamento e às queimadas na Amazonas, cujo tema entrou como prioridade na agenda da cadeia produtiva. A moratória¹ e a *round table*² do produto fazem parte do desdobramento dessa realidade emergente nas questões negociais.

Embora seja o maior país importador mundial de soja, as empresas chinesas são tomadoras dos preços formados na Bolsa de Chicago. Nada surpreendente, pois com uma participação superior a 90% na comercialização global da soja, as empresas americanas exercem papel importante na formação do preço mundial da *commodity*.

Como são afetados pelos ajustamentos do mercado e têm dependências na importação de soja para manterem as suas produções, as empresas processadoras chinesas correm riscos de grandes perdas no comércio internacional. Em 2004, algumas empresas importadoras da China tiveram prejuízo e cerraram as portas, por que tiveram que desovar seus estoques, os



quais foram formados quando os preços estavam elevados.

Sem grandes barreiras de entrada e alto índice de aproveitamento das oportunidades no mercado chinês, as empresas de grãos planejaram com sucesso a extensão de seus negócios da parte comercial para o processamento.

Na China, o grau de autossuficiência com relação à soja, de 40%, tende a cair, enquanto o preço interno sofre enorme variação, em função do fluxo dos volumes importados. A direção da cadeia produtiva da soja na China dependerá do interes-

se dos fundos estrangeiros, com relação a três metas básicas:

- 1º Vender mais soja;
- 2º Ganhar maior participação no mercado;
- 3º Lucratividade no mercado internacional por meio de empresas chinesas;

Na verdade, os fundos estrangeiros e as empresas de grãos e óleos buscam integrar a produção agrícola, o processamento e o comércio, para maiores ganhos e lucros operacionais na China. No final de 2008, 70% das fábricas processadoras eram controladas por fundos estrangei-

ros, e 80% da capacidade processadora de soja eram mantidas por empresas de grãos internacionais.

Assim, se durante muitos anos, Roterdã foi o principal comprador de soja, em curto espaço de tempo, o lugar foi ocupado pela China, para onde cerca de 30% da soja em grão são canalizados por via marítima. Dos Estados Unidos e da Argentina, saem os fluxos mais intensos, ao redor de 40% e 70%, respectivamente.

As autoridades chinesas estão preocupadas com o rápido crescimento e forma desorganizada das unidades esmagadoras: são 169 unidades com capacidade de esmagamento de 70,0 milhões de toneladas. A taxa de ociosidade não pode aumentar mais, sob pena de levar a um acirramento predatório entre as empresas.

Com tudo isso, em meio à recessão global, a China tem o papel de tábua de salvação das exportações, como as brasileiras, com um crescimento de 6%. Em março último, pela primeira vez, o país foi o principal destino dos produtos nacionais, desbancando a liderança histórica dos Estados Unidos. A soja aparece com um dos principais produtos beneficiados, além de celulose, minério de ferro e petróleo.

Com a crise global, o governo chinês decidiu injetar quase US\$ 600 bilhões na economia. O objetivo é estimular os negócios e mudar o modelo de economia exportadora para outro, voltado para o mercado interno. Esse pacote tem repercussões diretas no Brasil.

Outra medida foi o plano traçado para tornar o país autossuficiente em alguns produtos agrícolas. Como apenas 10% do território são apropriados para a agricultura, a China poderá aumentar as importações dos produtos fora da prioridade no plano de autossuficiência. É o caso da soja, o principal produto de exportação das lavouras brasileiras. ■

1. Moratória: comprometimento da Associação Brasileira de Óleos Vegetais e da Associação Nacional dos Exportadores de grãos, assinado em 24 de julho de 2006, de não comercializar soja de áreas que foram deflorestadas dentro do Bioma Amazônia.
2. Round table: fórum internacional sobre sustentabilidade, em que participam instituições relacionadas a cadeia produtiva da soja.

Prioridade na formação de estoque

No ano safra corrente, que termina em agosto, os estoques de soja na China correspondem a mais da metade do volume colhido na Argentina e a um terço da produção brasileira, respectivamente, terceiro e segundo maiores produtores mundiais do grão.

A quantidade de soja importada pelo país asiático na atual temporada, de 18,3 milhões de toneladas, excede as perdas ocorridas na produção dos principais exportadores na América do Sul. No conjunto, a colheita do Brasil, da Argentina, do Paraguai, da Bolívia e do Uruguai, diminuiu de perto de 19,0 milhões de toneladas para 96,0 milhões de toneladas no início de 2009. Os números variam conforme a fonte. Até a melhor definição da safra americana, no final de agosto, o balanço de oferta e demanda mundial está *sub judice*. Apesar da significativa queda na produção, o Brasil e os Estados Unidos aumentam seus embarques para a China.

O volume de soja comercializado no mercado internacional até o final deste primeiro semestre deverá ficar próximo do número projetado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, em inglês) para todo o ano agrícola: 33,75 milhões de toneladas, dos quais mais da metade foi adquirido pela China, para ampliar suas reservas e garantir a segurança alimentar.

Com a elevada quantidade estocada, o país terá a alternativa de comprar no segundo semestre a nova safra de soja por um preço menor e vender uma parte da safra antiga. Será que o gigante asiático começa a trazer outros fundamentos para o mercado, na condição de influenciar as cotações pelo lado da compra, com a estratégia de jogar na frente exportadora para países da União Europeia e Índia?

A hipótese de a China investir parte de suas reservas internacionais na construção de um estoque de 50 milhões de toneladas de soja parece descartável ante as dificuldades com armazenamento. O número corresponde a um ano de consumo da China e a dois terços da soja comercializada no mundo. Os negócios globais para a safra 2008/09 são estimados em 73 milhões de toneladas, segundo o USDA.

Os futuros de soja negociados na Bolsa de Chicago (Cbot) batem em patamares elevados em relação aos últimos nove meses no contrato *spot*. Um comportamento típico desse período inicial do plantio norte-americano, associado neste ano com a demanda estável e o aperto na oferta com a menor produção da América do Sul. A especulação fica bem mais forte. O USDA projeta que os estoques americanos cairão para 3,53 milhões de toneladas no fim do ciclo 2008/09, correspondente a 4,3% do seu consumo anual, mas as consultorias apostam em volumes menores.

The Economist

Terceirização da terra

ARTIGO PUBLICADO em *The Economist* de 23 de maio trata das compras e arrendamentos de terras pelas nações importadoras de alimento em países pobres. Segundo o International Food Policy Research Institute (Ifpri), sediado em Washington, de 15 a 20 milhões de hectares de terra foram arrendados ou vendidos por países pobres desde 2006, com uma movimentação entre US\$ 20 e US\$ 30 bilhões.

Até início de 2009, enquanto o governo saudita arcava com as despesas da

terra, investidores alocaram mais de US\$ 100 milhões para produzir trigo, arroz e cevada no território etíope. A iniciativa saudita ilustra uma nova tendência: países exportadores de capital e importadores de alimentos realizam a produção agrícola em nações com terras ociosas, mas com reduzido capital para investir no cultivo.

Essa nova onda da posse de terras por estrangeiros se diferencia pelo fato:

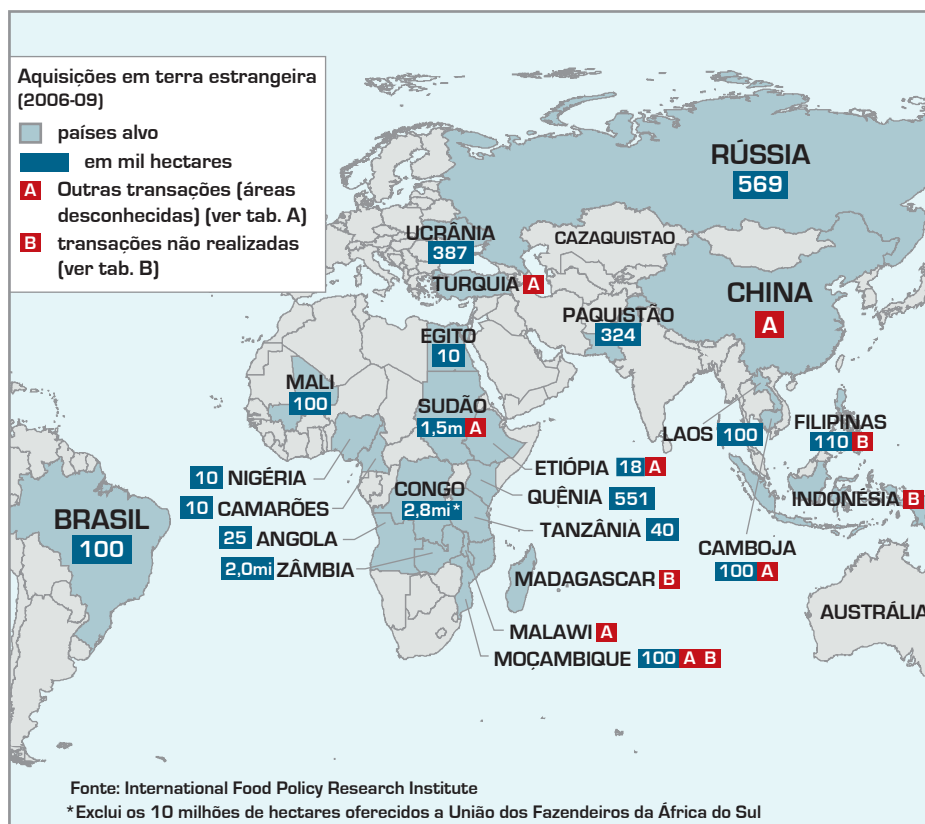
- Dos principais compradores serem governos e não empresas privadas;

- De o negócio levar em conta a segurança alimentar e outras variáveis, que vão além da lógica empresarial.

Na verdade, a aquisição de terras locais por governos estrangeiros resulta da estratégia das nações importadoras de alimentos para proteção contra a:

- Forte oscilação de preços das *commodities* primárias;
- Imposição de barreiras à exportação de grãos por países produtores.

O governo argentino, por exemplo, impôs um limite na quantidade exportada



A Outras transações (áreas desconhecidas)

Alvo	Investidor	Tipo de negócio/Valor
Camboja	Kwait	Terra para arroz
China	Estados Unidos (Goldman Sachs)	US\$450mi - US\$500mi aves e porcos
Etiópia	Índia	US\$4bilhões
	Reino Unido	Jatropha
	Investidores sauditas	US\$100mi
Malawi	Djibouti	desconhecido
Moçambique	Reino Unido	Jatropha
Sudão	Egito	Trigo
	Kwait	Grande parceria estratégica
	Quatar	Holding
Turquia	Bahrein	US\$500mi (pode aumentar para US\$3 - US\$6bilhões)

B Transações não realizadas

Alvo	Investidor	Tamanho da transação
Moçambique	China	US\$800mi
Filipinas	China	1,24mi ha
Indonésia	Arábia Saudita (Saudi Binladin Group)	0,5mi ha
Madagascar	Coreia do Sul (Daewoo)	1,30mi ha

Fonte: The Economist



de alimentos, para reduzir os seus preços no mercado interno. Assim, diante da impossibilidade de adquirir alimento no mercado internacional, independentemente do preço que se esteja disposto a pagar, alguns países importadores buscaram aumentar a produção própria, estratégia que em muitos casos só podia ser levada adiante em territórios estrangeiros.

Por sua vez, apesar de disporem de terras, mas sem recursos hídricos suficientes para expandir sua produção de alimentos,

para algumas nações importadoras de alimentos, as reservas de água dos territórios adquiridos são tão ou mais cobiçadas que a própria terra negociada.

Apesar do volume de terras e dos recursos transacionados, há vantagens e desvantagens para países ricos e pobres ao realizar essas operações. É possível que as nações pobres, com reduzidos recursos para praticar a moderna agricultura, possam se beneficiar do processo ao internalizar novas tecnologias na produção de

bens agrícolas em seu território. Provavelmente, as nações exportadoras de capital terão de desenvolver tecnologia para adaptar as técnicas e os produtos existentes às condições edafoclimáticas locais.

De outro lado, as nações que oferecem seus territórios precisam estar cientes das possíveis implicações negativas sobre:

- A sua própria segurança alimentar, pois parte da produção nacional de alimentos será exportada;
- A forma de utilização do solo e dos recursos hídricos, que podem ser seriamente comprometidos devido a um uso descontrolado;
- Os produtores locais, que podem ter dificuldade para sobreviver devido à concorrência com as propriedades mais tecnificadas implantadas nos territórios negociados.

Do lado dos países adquirentes, há o risco de expropriação do investimento com as mudanças nos governos locais. Talvez o ponto crucial para o sucesso destas transações seja o equilíbrio entre o respeito à soberania nacional e a garantia dos contratos firmados e dos investimentos realizados. Será o equilíbrio possível? ■

Mapa de aquisição de terras

País ou empresa compradora	País vendedor	mil ha
China	Congo	2800
China	Zâmbia	2000
Coreia do Sul	Sudão	690
Emirado dos Árabes	Sudão	400
Egito	Sudão	400
Alpcot Agro (Suécia)	Rússia	128
Libia	Mali	100
Morgan Stanley (EUA)	Ucrânia	40
Hyundai Heavy Industries (Coreia do Sul)	Rússia	10

Fonte: The Economist

ESPECIAL APROSOJA



SOJA

PRODUTORES DE MATO GROSSO QUEREM MODAIS DE TRANSPORTE EFICIENTES



MOVIMENTO PRÓ-LOGÍSTICA É LANÇADO PELA APROSOJA/MT

Mato Grosso lança em julho o Movimento Pró-Logística, uma iniciativa da Aprosoja/MT que visa a unir esforços com as demais entidades agropecuárias, da indústria, comércio e serviços e a sociedade civil da Região Central do País. O objetivo do movimento é o de convergir agendas estratégicas para pressionar o governo federal a agilizar as obras inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).



Ricardo Tomczyk

“Já temos o apoio de entidades de Mato Grosso, como a Famat, Ampa e Acrimat, e dos estados de Mato Grosso do Sul, Goiás e da Bahia, e temos certeza de que a convergência com os demais setores fará a diferença”, afirma o presidente da Aprosoja/MT, Glauber Silveira.

Segundo o presidente da Aprosoja/MT, o Movimento Pró-Logística quer chamar a atenção e propor soluções para deficiências logísticas e, ao mesmo tempo, para as oportunidades que podem surgir com a implantação de novos projetos nessa área.

A Frente Parlamentar de Logística de Transportes e Armazenagens (Frenlog) lançada no dia 16 de junho com objetivo de discutir a questão da logística na agricultura do país, também participará do movimento. Segundo o presidente, deputado Homero Pereira (PR-MT), é preciso revolucionar a logística brasileira.

“A logística, que é um dos focos da Aprosoja/MT, precisa mais que nunca avançar na mesma velocidade em que a demanda mundial pela soja de Mato Grosso avança. Não é possível esperar, pois logo não haverá condições de dar vazão a uma produção que pode crescer em 50%, sem derrubar uma árvore sequer, apenas reaproveitando áreas de pastagem degradadas e outras que hoje estão subutilizadas”, ressalta Glauber.

LÍDER NACIONAL PAGA CARO PELO TRANSPORTE DE SOJA

A condição de ser o primeiro no *ranking* nacional, respondendo por 30% da produção de soja no País e por 31% das exportações do complexo soja brasileiro (2008), não tira de Mato Grosso o peso de ter o maior custo para levar até os portos o volume comercializado pelo estado.

Uma das metas lançadas pelo Movimento Pró-Logística é fazer com que entre 2009 e 2014 o valor do frete pago para escoar a soja e o milho até os portos seja reduzido em US\$ 20

por tonelada, com a implantação de oito projetos de rodovias, hidrovias e ferrovias considerados de importância máxima para Mato Grosso, mas que implicam grande benefício para o País.

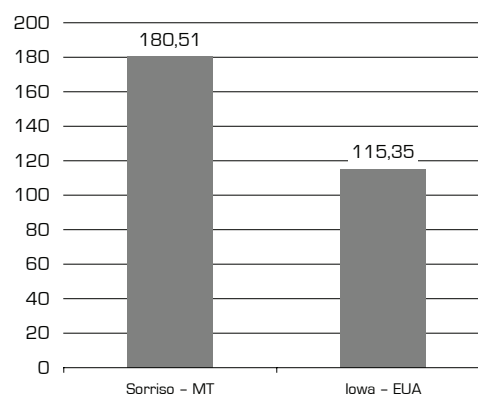
“Se o produtor conseguir economizar cerca de US\$ 20 em frete por tonelada de soja e milho escoados, Mato Grosso terá circulando aqui dentro cerca de R\$ 1 bilhão (US\$ 480 milhões) a cada safra e, ao longo de dez anos, serão R\$ 10 bilhões”, explica o presidente da Aprosoja/MT, Glauber Silveira.

A falta de infraestrutura de transporte causa impacto nos ganhos dos produtores mato-grossenses em relação aos estados agrícolas localizados mais próximos dos portos. “O valor recebido pelo produtor de Sorriso (400 km ao norte de Cuiabá) é cerca de 30% menor em função da distância e das más condições das estradas para chegar, por exemplo, ao Porto de Paranaguá”, ressalta o diretor executivo da associação, Marcelo Duarte Monteiro.

Descontados US\$ 100 de frete por tonelada de soja transportada de Sorriso até o Porto de Paranaguá, o produtor recebe US\$ 224/t (preço médio de março de 2009).

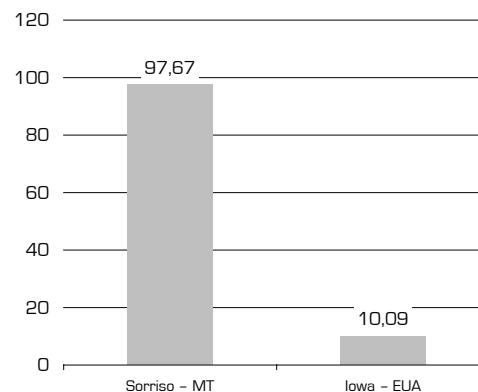
Para chegar à China, um dos maiores compradores do grão no mundo, o transporte rodoviário representa 54% (US\$

Custos de exportação para China (US\$/t)

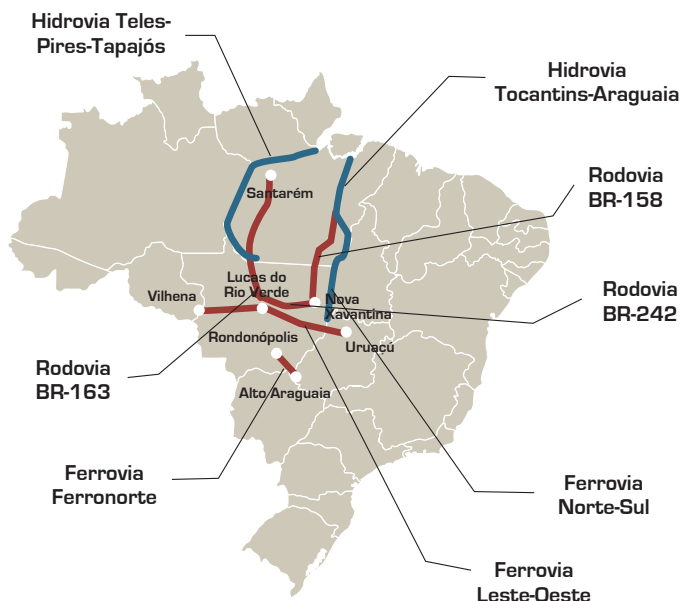


Fonte: USDA 2008

Gastos com transporte rodoviário até o porto (US\$/t)



Fonte: USDA 2008



97,67%) do custo total de exportação de uma tonelada do norte de Mato Grosso, o que deixa o estado em desvantagem na competitividade em relação aos produtores de Iowa, nos Estados Unidos, onde o gasto com o modal responde por 25% (US\$ 10,09) dos desembolsos com a exportação. Os dados são do relatório Brazil Soybean Transportation Guide, do USDA.

MATRIZ DE LOGÍSTICA DE TRANSPORTE

Eixos dorsais nos modais de transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário são considerados fundamentais para reduzir significativamente o gargalo logístico de Mato Grosso. Mas para obter êxito, uma das medidas urgentes é aumentar a participação hidroviária e ferroviária na matriz de transporte do estado.

Ferrovias – Projetada para promover a integração nacional, minimizando custos de transporte de longa distância e interligando as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, a Ferrovia Leste-Oeste – que prevê a inclusão de pelo menos quatro municípios mato-grossenses à malha – ficaria pronta no final de 2014, mesmo ano em que a Ferrovia Senador Vuolo (Ferronorte), vinda de São Paulo, chegaria a Cuiabá.

A Ferrovia Senador Vicente Vuolo teve a licença de instalação aprovada em maio de 2009, para o trecho Alto Araguaia e Mineirinho, distrito de Rondonópolis, com previsão para que os trilhos cheguem ao município em 2010.

Hidrovias – A Teles Pires/Tapajós (norte de MT) e a Araguaia/Tocantins (leste) estão entre as hidrovias apontadas também como sendo prioritárias para auxiliar no escoamento da produção de grãos de Mato Grosso.

Rodovias – Para formar as ‘veias’ de interligação entre os modais ferroviário e hidroviário, a construção, pavimentação e duplicação de estradas também estão entre os itens prioritários. No sistema rodovia estão as BRs-163, 158, 242 e 364.

BENEFÍCIOS SOCIOAMBIENTAIS

O fim dos gargalos logísticos em Mato Grosso não está ligado apenas aos ganhos econômicos para os setores que necessitam diretamente da adequação dos modais de transporte para mover a atividade. Os benefícios também chegam à população de várias maneiras.

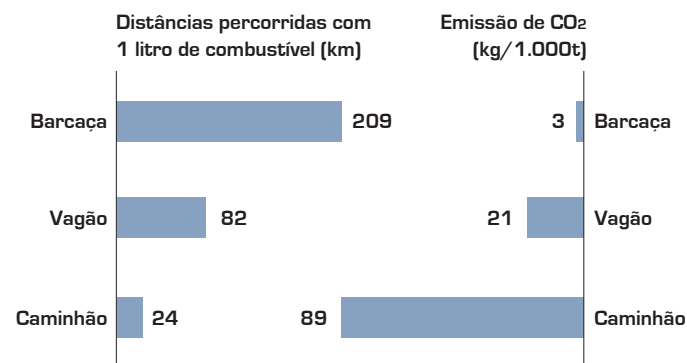
A redução do fluxo de carga pesada será um dos resultados positivos alcançados com a utilização compartilhada dos modais de transportes em Mato Grosso. A diminuição contribuirá, por exemplo, para que as ambulâncias gastem menos tempo ao transportar pacientes e reduzirá o número de acidentes de trânsito nas estradas.

Outro resultado positivo é a possibilidade de incremento no fluxo de veículos de passeio nas rodovias, o que abre espaço para o desenvolvimento do turismo intermunicipal e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nas cidades-polo e circunvizinhas.

Na área ambiental, a redução do fluxo de cargas nas estradas impacta fortemente na diminuição da emissão de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera.

Estudos apontam que uma barcaça ao percorrer 209 km com 1 litro de combustível emite 3 toneladas de CO₂. Um vagão de trem, com a mesma quantidade de combustível, percorre 82 km e emite 21 toneladas de CO₂. Já um caminhão percorre apenas 24 km com um litro de combustível, e emite 89 toneladas de CO₂.

Competitividade entre modais



Fonte: Haulk, C. in Inland Waterways as Vital National Infrastructure: Refuting "Corporate Welfare" Attacks, DoT

PRODUTORES DE SOJA CRIAM A COOPROSOJA

Objetivo é colocar o setor em condições de participar de licitações em modais de transporte e na exploração de minérios



Para tentar minimizar gargalos enfrentados pelo setor produtivo de Mato Grosso, produtores rurais associados à Aprosoja/MT decidiram criar a Cooperativa Mista dos Produtores de Soja do Estado de Mato Grosso (Cooprosoja).

O presidente eleito para assumir a diretoria provisória da nova cooperativa, Ricardo Tomczyk, esclarece que produtores de vários segmentos poderão se associar. “A cooperativa será a porta de entrada para produtores, tanto do setor agrícola, da pecuária, quanto do extrativismo, para que possam participar de grandes projetos”. A assembleia-geral para eleger a diretoria deverá ocorrer no segundo semestre de 2009.

Entre as primeiras frentes de trabalho em que a cooperativa irá atuar está a compra e venda de insumos e a venda da produção agropecuária, a exploração de minérios existentes em Mato Grosso, entre outros. “Desde o ano passado a Aprosoja coordena a pesquisa de fósforo e caso seja comprovada a viabilidade econômica deste minério a exploração ficará por conta da Cooprosoja. O principal objetivo é reduzir a dependência externa da compra de fertilizantes”, argumenta Tomczyk.

Outra iniciativa é participar da concessão de subtrechos de ferrovias a serem construídas em Mato Grosso, já que o estado está a mais de 2 mil quilômetros dos portos de Santos e Paranaguá. “Em 2008, o custo para transportar a soja do estado a esses portos chegou a custar, dependendo da região, até US\$ 106 por tonelada, por isso é essencial investir na construção de outros modais como é o caso das ferrovias”.

Tomczyk adiantou que a Aprosoja/MT e a Ampa organizam uma assembleia para criar uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), uma espécie de central de cooperativas de Mato Grosso, em que a Cooprosoja seria uma das participantes, para brigar pela concessão de futuras ferrovias que sejam construídas no estado. “A central poderá ter força suficiente para disputar a licitação, por exemplo, da ferrovia Leste-Oeste que, inicialmente, está prevista para ocorrer em setembro de 2009, pois os produtores têm o principal, que é a massa de produção do estado.”

O presidente da Aprosoja/MT, Glauber Silveira, afirma que o cooperativismo é considerado hoje a melhor maneira de proporcionar que se produza e se distribua riqueza de forma igualitária. “A Aprosoja entende que essa é a forma mais inteligente de fazer isso”.

APROSOJA E AMPA PROJETO DE PESQUISA DE FÓSFORO EM MT

O Brasil tem hoje um grande problema com relação à oferta de fertilizantes para a atividade agrícola, na qual é necessária a importação dos principais minerais, que se encontram disponíveis nas mãos de poucas empresas no mundo favorecendo, assim, a cartelização do setor.

“O Brasil tem que quebrar o cartel mundial dos fertilizantes, se necessário por uma ação audaciosa do Estado. Não há nenhuma razão para o Brasil manter essa dependência ruinosa”, disse o ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), Roberto Mangabeira Unger, no encerramento do 5º Congresso Brasileiro de Soja (CBSoja), no dia 22 de maio, em Goiânia.

Pensando nisso, a Aprosoja/MT, em parceria com a Ampa, está fazendo pesquisas no centro de Mato Grosso, desde o início do ano de 2008, para avaliar a viabilidade da exploração de fósforo no estado.

A pesquisa mapeou até agora uma área de quase 600.000 hectares, e hoje concentra seus esforços nas áreas consideradas prioritárias, que chegam a quase 80.000 hectares.

A fase atual do projeto necessita que sejam feitas sondagens profundas de mais de 100 metros no solo, pois no início foram feitas somente as superficiais. Somente assim será possível quantificar a viabilidade da instalação de uma indústria de exploração de fertilizantes no estado.

Para dar prosseguimento a esta fase do projeto, foram solicitados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento os



recursos necessários para o custeio das sondagens, e o repasse de R\$ 1,5 milhão foi aprovado no mês de abril de 2009.

Com isso, a pesquisa foi iniciada no mês de junho com força total. É preciso fazer todas as sondagens e análises químicas necessárias durante o período da seca, pois no período das chuvas fica quase impossível chegar às áreas de pesquisa, devido às condições das estradas.

Portanto, até o final do ano o projeto pretende ter resultados mais concretos sobre a futura exploração do fosfato.

PROJETO REFERÊNCIA VISA A AUXILIAR NA GESTÃO E PRODUÇÃO

O Projeto Referência é uma iniciativa da Aprosoja/MT e visa a gerar e a distribuir informações de qualidade para os associados, e chegou, em 2009, ao segundo ano. O projeto apresenta resultados, com dados para que os produtores possam avaliar os pontos que estão tomando a sua renda, para poder se orientar para a safra seguinte. O termo Referência foi escolhido para indicar que as informações geradas devem auxiliar o associado na busca pela melhoria de seus processos de produção e gestão.

A partir da divisão de regiões da Aprosoja/MT, foram selecionadas inicialmente 40 propriedades, sendo dez por região, que têm como uma de suas atividades a soja. As propriedades foram acompanhadas pelos engenheiros agrônomos da Aprosoja e os resultados obtidos refletem a realidade desse grupo denominado Referência (não é proposta do Projeto Referência estabelecer médias estaduais ou mesmo regionais). Assim, essas informações auxiliam como parâmetros produtivos, mas não como desempenho global do estado.

Foi constatada a existência de grande variação de resultados entre as propriedades participantes. Os produtores menos lucrativos apresentaram resultados muito distantes daqueles com resultados médios, sinalizando que decisões pessoais associadas ao comportamento do mercado têm prejudicado significativamente um determinado grupo.

Com base nessa primeira constatação estão sendo desenvolvidos esforços para identificar os elementos que causaram tais resultados, a fim de auxiliar os produtores na busca da sustentabilidade econômica da atividade. Um primeiro fator identificado foi o poder de negociação na compra de insumos, que causa diferenças de mais de 20% nos preços pagos. Outro aspecto foi a limitação de alternativas de financiamento da produção, que restringe o poder de decisão de quando, por quanto e para quem vender a produção.

Quais são os planos para o futuro?

Durante o ano de 2009 a meta do Projeto Referência é ampliar a base de produtores participantes, contribuindo para que um maior

número de associados da Aprosoja/MT tenha acesso aos mecanismos de gestão da informação, comparativos de resultados e *benchmarking*, trazendo melhorias na gestão aos associados da Aprosoja/MT. Essa ampliação será realizada a partir do incentivo ao uso de *softwares* de gestão agropecuária credenciados pela Aprosoja.

Lucro econômico médio por categoria de lucratividade (US\$/ha)

Grupos de propriedades		
Regiões da Aprosoja	25% menos lucrativos	Médios em lucratividade
Norte	-36,87	132,42
Leste	-170,88	45,48
Oeste	148,23	153,47
Sul	-138,21	58,86

Dados: Projeto Referência Safra 07/08. Informações referentes às propriedades participantes do projeto.

O Projeto Referência foi concebido pela área técnica da Aprosoja/MT, assessorada pelo IGEAgro (Instituto de Desenvolvimento da Gestão Empresarial no Agronegócio) e pela Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina). As visitas de campo são realizadas pelos supervisores de campo da Aprosoja/MT, pessoas treinadas e capacitadas para a realização de um trabalho profissional e com alto grau de confiabilidade. O projeto é patrocinado pelo Facs (Fundo de Apoio à Cultura da Soja) de Mato Grosso.

Os dados individuais das propriedades participantes são mantidos em sigilo. As informações apresentadas para terceiros serão apenas as médias regionais, de forma que não seja possível a associação do número ao proprietário.

Quais são os dados coletados?

Os supervisores da Aprosoja/MT levantam desde despesas com energia elétrica, telefone, manutenção de benfeitorias, até as com mão de obra fixa e temporária, manutenção de máquinas e equipamentos, serviços de consultoria, como também gastos com óleo diesel, sementes, fertilizantes e defensivos da propriedade.

Incluem ainda as vendas de soja realizadas durante o período de acompanhamento, a estimativa de venda futura e as receitas obtidas com outras atividades, como milho segunda safra, girassol, gado de corte, entre outras.

Por meio do inventário são identificados e avaliados os equipamentos, as benfeitorias e as máquinas das propriedades. Esse dado permite o cálculo do custo de oportunidade do capital imobilizado, o que é utilizado nas análises econômicas.

Além das informações de receitas e despesas são coletados dados sobre as características da produção de soja, produtividade, tratos fitossanitários, divisão de talhões, ocorrências de pragas e doenças, pluviometria, análises de solo, entre outros dados importantes para a explicação dos resultados observados de receitas e despesas.

ACESSO AO CRÉDITO ESTÁ MAIS RESTRITO E PAÍS PRECISA DE NOVOS MODELOS DE FINANCIAMENTO RURAL

O afunilamento da oferta de crédito, acentuado a partir do segundo semestre de 2008 com o estouro da crise financeira mundial, remete a uma nova investida para a criação de modelos para o crédito rural na matriz de financiamento do Brasil. As fontes de recursos existentes estão reduzindo a cada ano a participação na liberação de empréstimos. O recuo começou pelas fontes oficiais e agora chegou fortemente às *tradings*, que tradicionalmente são as maiores financiadoras das safras de soja de Mato Grosso, o maior produtor nacional da oleaginosa.

“A reclassificação de risco das operações agrícolas pelo sistema bancário neste momento é o passo inicial para redesenhar o novo modelo de financiamento rural, que há muito tempo é uma demanda do setor e agora começa a ganhar defensores dentro do governo e no Banco do Brasil”, pontua o presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja/MT), Glauber Silveira da Silva.

O equacionamento do acesso ao crédito é fundamental para a realização do próximo plantio. Mato Grosso precisará de R\$ 6,681 bilhões para a 2009/2010 de soja, com perspectivas de que o volume maior de recursos saia do bolso do produtor.

Segundo dados da Consultora Agroconsult a fatia do capital próprio sairá de 40% na safra passada para 42% este ano. Os bancos manterão a participação em 11%, as *tradings* – que no estado já representaram 70% do bolo total – terão um leve

aumento de 1 ponto percentual, passando para 26% (safra 2008/2009 para 2009/2010), os fornecedores de defensivos entrarão com um aporte de 15% ante 16% e os de fertilizantes ficarão com 3% contra os 6% anteriores. As empresas de sementes serão responsáveis por 3% ante 2%.

“Chegamos a um ponto em que se tornou urgente a implantação de novos modelos de crédito porque apenas uma reestruturação do já existente pode resultar em nada de mudanças significativas”, afirma Glauber.

Financiamento da produção e comercialização

A reformulação do atual modelo de financiamento das atividades agrícolas deve vir atrelada a mecanismos de seguro de produção física e renda líquida, com a adequação dos limites de crédito por tomador, para atender às características regionais e demandas da atividade financiada.

Isso pode ser feito com o aumento da participação do crédito oficial como forma de fortalecer os certificados de produto, como CPR, CDCA, LCA, WA, CDA, CRA, com estímulo à participação de outras fontes de financiamento da atividade agropecuária.

Uma das opções que vem sendo apresentada para o processo de reestruturação dos créditos rurais é a versão rural para o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FDIC), elaborado pela Consultoria Agrosecurity Gestão de Agro-Ativos e o escritório Souza, Cescon Avedissian, Barriau e Flesch Advogados, foi apresentada na Câmara Setorial da Soja, a pedido da Aprosoja Brasil e da Aprosoja/MT.

O FDIC Agro prevê aportes e distribuição de risco compartilhados pelo produtor, União, Revenda, fornecedor de insumos e ou *tradings* e de outros cotistas, com sanções para os inadimplentes. A gestão profissionalizada e a transparência são alguns dos benefícios do FDIC agrícola, pois o mecanismo seria regulamentado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), como o que já ocorre com os FDICs utilizados nos segmentos de mercado imobiliário, do crédito de varejo, do mercado de veículos, entre outros.

O economista Fernando Pimentel, coordenador do Projeto FDIC Agro, da Agro Secutiry, explica que não há similaridade desse mecanismo com o Fundo de Recebíveis do Agronegócio (FRA), pois tecnicamente são tratadas questões distintas e com objetivos diferentes. “O foco, nesse caso, não é resolver um legado do passado, mas sim evitar um problema maior no futuro. A pretensão é reduzir o potencial acumulativo do endividamento agrícola, ao mesmo tempo em que se mantém o fluxo de crédito para a agricultura em meio à crise. Tratamos de desconcentrar a atividade de crédito na agricultura e não de concentrar a gestão de contencioso dos financiadores”.

Endividamento não resolvido

A falta de eficiência do posicionamento do governo federal sobre o endividamento rural em Mato Grosso força as entida-



des representativas do setor a buscar respaldo judiciário para a questão do passivo rural. “Isso apenas adia, mas não equaciona o problema”, afirma o diretor administrativo da Aprosoja/MT, Ricardo Tomczyk, ao fazer referência às liminares obtidas na Justiça para que evitar as ações dos bancos de montadoras para apreensão de máquinas agrícolas – como ocorreu em pleno período de safra 08/09 em Mato Grosso –, e para obrigar as instituições financeiras a renegociarem as dívidas e a apresentarem a conta gráfica (demonstrativo de débitos) antes de qualquer medida de execução.

Segundo o diretor, é necessária a reformulação completa na política rural para proporcionar o restabelecimento do crédito para todos os produtores que estão em insolvência. “Estamos aumentando a ‘bola de neve’ nas renegociações, o que pode atropelar a produção agrícola e, isso é extremamente perigoso para o País, que tem no setor a sustentação das balanças comercial e de pagamento, mesmo nos momentos de crise financeira mundial”.

A crise no campo tem como origem as políticas equivocadas do governo federal e as soluções paliativas adotadas pela União, que fizeram com que, nos últimos quatro anos, fosse

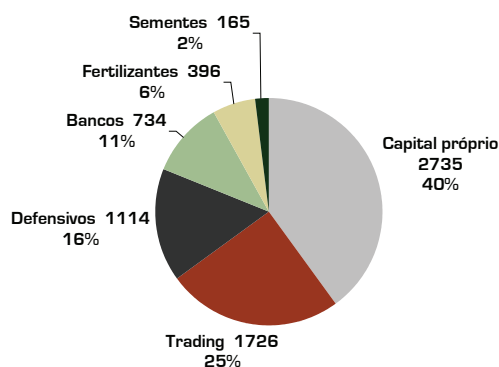
criada uma bolha financeira de problemas como o endividamento e a falta de renda do setor. “E o governo foi mais que avisado pelas entidades do setor, em uma discussão longa e desgastante”, lembra Tomczyk.

Crise internacional

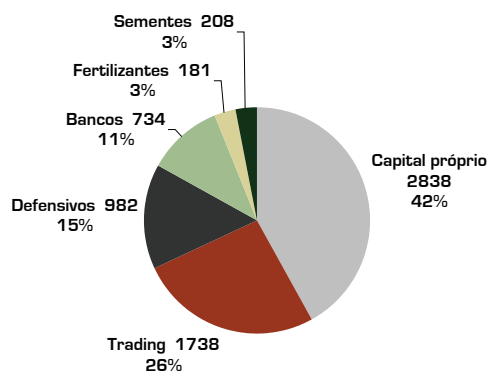
A crise internacional teve início com o balanço dos bancos americanos mostrando que seus ativos estavam com garantias superavaliadas. Com o desaquecimento da economia, a bolha imobiliária estourou, quebrando bancos, financeiras e corretoras. Isto derrubou o crédito e detonou a crise, que se tornou mundial. Segundo Tomczyk, com o setor da produção rural, no Brasil, ocorreu o mesmo problema. Vários bancos, especialmente aqueles de montadoras de máquinas, estão com suas posições de crédito com os produtores superavaliadas no que se refere às garantias. Trocando em miúdos, as máquinas que garantem as dívidas dos produtores valem, em média, menos da metade do valor dos créditos dos bancos.

Com a impossibilidade de geração de renda e quitação das parcelas da dívida, formou-se uma bolha artificial que vem sendo prorrogada pelo governo sem uma solução definitiva. “Foi no interior dos EUA que teve início a crise imobiliária americana que devastou as finanças mundiais. Será aqui no interior do Brasil que será detonada a bolha de crédito rural dos bancos. O *subprime* existe e certamente fará muito estrago na economia brasileira, se nada for feito, levando-se em consideração medidas que devem ser feitas a médio e longo prazos”, finaliza o diretor administrativo da Aprosoja/MT.

Safra 2008/09 (R\$ 6,870 bilhões)



Safra 2009/10 (R\$ 6,681 bilhões)



Fonte: Agroconsult

APROSOJA/ MT, GOVERNO DO ESTADO E TNC LANÇAM CARTILHA

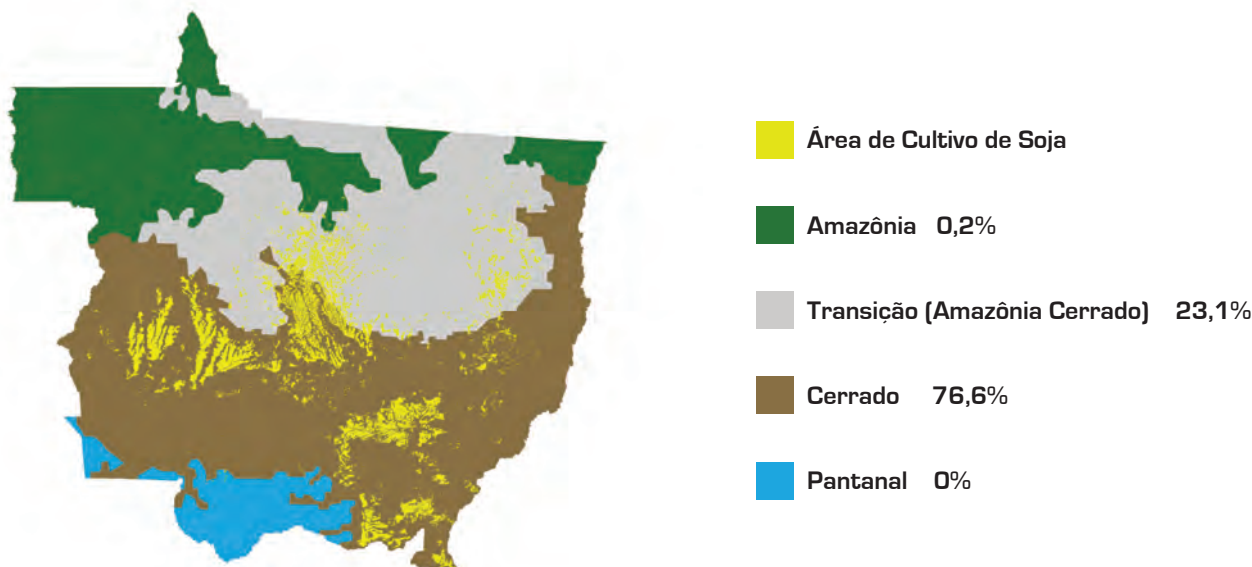


A Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja/MT) em parceria com o governo do estado e a organização não governamental The Nature Conservancy (TNC) lançaram este ano a cartilha *Área de Preservação Permanente – Como preservar?* A publicação faz parte do projeto Soja Mais Verde desenvolvido pela entidade.

O objetivo com a elaboração da cartilha é informar os produtores a respeito da legislação que regulamenta as Áreas de Preservação Permanente (APPs) nas propriedades e incentivá-los a verificar se as que existem nas respectivas propriedades estão em conformidade com as regras vigentes.

“Essa cartilha é resultado de um dos compromissos assumidos pelo setor produtivo por ocasião do Pacto Ambiental firma-

Produção de soja em Mato Grosso – área X tipo de vegetação



do com o governo do estado, sendo o primeiro passo para que os produtores cumpram o acordo”, lembra o coordenador da Comissão de Sustentabilidade Socioambiental e vice-presidente oeste da Aprosoja/MT, Ricardo Arioli.

O pacto, assinado no final de 2007, prevê a adequação de medidas tanto por parte dos produtores rurais quanto do Executivo para ampliar a produção sustentável em Mato Grosso.

Além de levar ao produtor rural conhecimento sobre a legislação ambiental, a cartilha demonstra, de forma didática, uma técnica de como identificar e delimitar as APPs degradadas e o princípio da recuperação.

Apesar de Mato Grosso ser o maior produtor de soja do País, representando 30% da produção nacional, apenas 0,27% do plantio da oleaginosa está localizado no Bioma Amazônia. “Mesmo sendo pequeno, queremos eliminar a produção de soja desse bioma”, reforça Arioli.

A cartilha contém informações sobre a localização geográfica da soja em Mato Grosso, obtida por estudo realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

O projeto Soja Mais Verde foi lançado em Bali, na Indonésia, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em dezembro de 2007.

“É importante ressaltar que, por ter uma atividade cujos resultados são extremamente influenciados pelo clima, os produtores são os mais interessados na preservação da floresta porque se ocorrer a mudança climática que vem sendo anunciada, o setor rural não terá confiabilidade sobre os resultados da produção”, finaliza Arioli.

A Aprosoja/MT, visando à produção sustentável, participa ainda da Aliança Internacional dos Produtores de Soja (Isa,

sigla em inglês), do Instituto para o Agronegócio Responsável (Ares) e Instituto Ação Verde.

Demandas urgentes:

1. Garantir a regularização ambiental e fundiária das propriedades rurais, de modo a assegurar que a legislação vigente na época da conversão das áreas em lavouras seja atualizada, conferindo-lhe a atualidade técnica e a compatibilidade para o desenvolvimento da produção agrícola sustentável.
2. Reconhecer e definir aos produtores o valor monetário dos serviços ambientais proporcionados pela cobertura vegetal, tanto da Reserva Legal quanto de outras áreas florestais.

CIRCUITO APROSOJA PLANEJAMENTO, CAUTELA E CAPITALIZAÇÃO É A MENSAGEM PARA ESTE ANO

Evento foi realizado em 18 municípios de Mato Grosso para orientar o produtor sobre a tomada de decisão para a safra 2009/2010

Planejamento, cautela e capitalização são as palavras-chave para as ações que o produtor terá que colocar em prática para realizar a safra 2009/2010 de soja, levadas ao agricultor por meio do 4º Circuito Aprosoja – Planejamento da Safra 2009/2010. O

evento foi lançado em Cuiabá no dia 16 de abril e teve como palestrantes os renomados economistas Paulo Rabello de Castro e Guilherme Dias, e contou com a participação do governador Blairo Maggi em todo o evento. No interior, o circuito percorreu 17 municípios-núcleos da associação.

O presidente da Aprosoja/MT, Glauber Silveira, reforçou que para o setor ser capitalizado é preciso que o governo ofereça mecanismos que gerem receita. “A mensagem é a de frear os investimentos, como aquisição de máquinas ou ampliação das áreas de cultivo, principalmente neste cenário em que reinará a escassez de crédito”.

O mercado e a crise financeira

Na palestra sobre O Mercado e a Crise Financeira, o economista Paulo Rabello traçou um panorama da crise financeira originada no sistema bancário norte-americano e que atingiu a economia de todos os países com excesso de alavancagem dos ativos no mercado financeiro mundial. O doutor em economia pela Universidade de Chicago alertou que o ápice da crise deverá ocorrer em 2010.

“No Brasil, para a engrenagem econômica continuar girando são necessárias algumas medidas, como o alinhamento das taxas de juros, a adequação delas aos riscos internacionais do País, reforma financeira de grande impacto e no custo Brasil e também pequenas revoluções estruturais, como as digital e fundiária”, afirma Rabello, que faz parte de um seleto grupo de economistas no mundo que previu a crise.

Onde aconteceu o Circuito Aprosoja

1. Cuiabá

Região Sul

2. Alto Taquari

3. Rondonópolis

4. Primavera

5. Campo Verde

Região Oeste

6. Tangará da Serra

7. Campo Novo do Parecis

8. Sapezal

9. Campos de Júlio

Região Norte e Médio-Norte

10. Diamantino

11. Nova Mutum

12. Lucas do Rio Verde

13. Sinop

14. Sorriso

15. Tapurah

Região Leste

16. Nova Xavantina

17. Canarana

18. Querência

Circuito em números

15 mil km rodados

Participação de produtores de **53** cidades

Realizado em **22 de abril** a **07 de maio**

2.500 participantes no total

A migração dos produtores rurais do sistema de pessoa física para pessoa jurídica foi tema da palestra Nova Política Agrícola do Brasil, proferida pelo economista e consultor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Guilherme Dias, que apresentou propostas para uma nova política agrícola, entre elas, o Simples Rural. “A primeira condição para essa ‘pejotação’ (transformação de pessoa física em jurídica) é o governo reduzir os impostos”.

“Em Mato Grosso, por exemplo, existe um histórico de dívidas, e por isso é crucial que se faça com urgência a renegociação das dívidas rurais para quem aderir ao novo sistema de crédito rural”, afirma Dias. Em curto prazo, o consultor da CNA propõe que o frete da produção agrícola seja subsidiado. “Isso deve valer já para a safra 2009/2010”.

Produtor busca informações

Cerca de 2.500 produtores e convidados participaram do 4º Circuito Aprosoja na capital e no interior. O evento foi realizado nas regiões sul, oeste, médio-norte, norte e leste do estado. A edição de 2009 superou em duas vezes e meia a de 2008, que contou com 1.000 participantes.

“O número de participantes mostra o interesse do produtor em buscar informações diante de um contexto formado por fatores externos que independem do agricultor, mas que influenciam fortemente os resultados da safra, que chega carregada de um cenário de incertezas sobre o comportamento dos preços e de outros fatores importantes que impactam na atividade e na renda do agricultor mato-grossense”, afirma o presidente da Aprosoja, Glauber Silveira.

Glauber ressalta a importância da participação dos delegados, que representam a Aprosoja/MT em 17 cidades-núcleos, dos colaboradores e da diretoria na realização do circuito.

Demandas emergenciais

Uma das necessidades confirmadas no circuito é a viabilização pela União do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro) e de subsídio para escoar a produção do milho safrinha. A demanda já vem sendo alvo de pedidos da associação à União.

Glauber reforçou que, na área de minérios, a associação trabalha no Projeto Fósforo, sendo que a Cooperativa Mista de Produtores de Soja de Mato Grosso (Cooprosoja) foi criada para que o produtor seja o detentor do direito de exploração. “Além disso, o governo federal revisou a concessão de minas de potássio no Brasil por pressão das entidades como CNA, Aprosoja e Famato”.

ESPECIAL CÓDIGO FLORESTAL

O ASSUNTO Código Florestal e sua revisão é tão importante que **Agroanalysis** resolveu abrir uma exceção em seu modelo editorial e trazer dentro da mesma matéria as opiniões de diferentes autoridades técnicas e políticas sobre o assunto, mesmo que tenham sido publicadas em outros órgãos de imprensa. Desta forma, apresentamos as opiniões do:

- Ex-ministro de Agricultura Roberto Rodrigues;
- Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo e colunista de **Agroanalysis** João Sampaio;
- Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Xico Graziano, reprodução de trechos do artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, de 16 de junho último;
- Ex-secretário da Agricultura do Estado de São Paulo Walter Lazzarini.

Reproduzimos, também, trechos de dois artigos veiculados em junho na revista *The Economist*, uma das mais importantes formadoras de opinião do mundo, e, finalmente, um artigo de nossa equipe contendo explicações técnicas sobre a lei.

Nosso objetivo é informar ao leitor os diversos aspectos técnicos que devem ser observados. Como muito bem diz o dr. Roberto Rodrigues, presidente do nosso Conselho Editorial: “A hora é de quebrar a radicalização entre ambientalistas e agricultores, pois o mundo inteiro está de olho na solução que será adotada e que deve equilibrar a sustentabilidade da Amazônia e os direitos justos dos agricultores. Sem radicalismos este equilíbrio será atingido”.

UM NOVO CÓDIGO FLORESTAL

ROBERTO RODRIGUES*

Desentendimentos entre os ministros da Agricultura e do Meio Ambiente sempre aconteceram, e o mais recente não será o último.

Desta vez, o ministro da Agricultura apresenta uma posição consistente, quando, na discussão em torno da revisão do Código Florestal, propõe que as porcentagens de áreas preservadas sejam estabelecidas tecnicamente. Em outras palavras, ele pede um zoneamento econômico-ecológico que defina quanto deve ser preservado de biomas nativos em cada região, em função da sua vocação natural e das variáveis socioeconômicas. Contesta, assim, com sólido fundamento técnico, a numerologia de 80% de preservação da Amazônia e 20% no Sul do País, entre outros limites. Por que não 90% ou 70% lá e 15% ou 30% aqui? Uma definição técnica não só eliminaria números aleatórios, como estabeleceria um rumo para o crédito rural, com seguro de renda a ser destinado a cada cultura de acordo com sua adequada localização.

Trata-se de uma proposta que daria ao País melhor condição de defesa diante de acusações vindas de fora quanto ao desmatamento. Vale lembrar que muitas delas se devem a interesses comerciais ameaçados pelo extraordinário potencial de crescimento do nosso agronegócio.

O agricultor é o maior interessado na preservação dos recursos naturais pois, se ele não conservar o seu solo, se não combater a erosão, se não adubar corretamente, se não cuidar da cobertura vegetal ciliar, ele acabará perdendo seu próprio

patrimônio, seu meio de vida, a herança que deixará aos filhos e netos. Portanto, o produtor rural é naturalmente um preservacionista. Acontece que nem todos agiram assim sempre. Desinformados ou movidos pela ganância, muitos erraram e acabaram avançando mais do que deveriam sobre florestas nativas, em várias partes do País. Aliás, nem havia, ainda, legislação cuidando do tema.

Houve então uma radicalização desnecessária: alguns ambientalistas generalizaram a questão, como se todo agricultor fosse destruidor dos recursos naturais, e criaram uma normativa exageradamente protecionista, o que é compreensível. Mas, isso fez com que os agricultores, por sua vez, achem que todos os ambientalistas são inibidores do progresso e do desenvolvimento.

Radicalismos à parte (e que nunca trazem paz), ambientalistas e produtores rurais no fundo defendem a mesma coisa, a produção sustentável, até porque esta é hoje uma condição essencial para a competitividade.

Sendo assim, deveriam buscar, com inteligência e bom senso, um caminho comum. E a oportunidade surge na discussão do Código Florestal. Não são muitas as divergências profundas, e se dois temas forem acertados, o resto será fácil.

O primeiro é a inclusão da área de preservação permanente como parte da reserva legal, qualquer que seja o tamanho desta, definido tecnicamente. E o segundo é a compensação da reserva legal em outra região. Isso pode ser tratado na proposta de zoneamento do ministro Stephanes.

Aliás, na proposta estão sete premissas básicas:

1. Desmatamento zero no Bioma Amazônia;
2. Monitoramento georreferenciado;

3. Simplificação da legislação e prazos adequados para a defesa;
4. Consideração de direitos adquiridos e compensação;
5. Decisões com base tecnocientífica;
6. Governança adequada na aplicação de multas;
7. Equiparação de relevância entre produzir e preservar.

E considera mais alguns itens críticos:

1. Autorização de recomposição da reserva legal (RL) com uma parcela de espécies arbóreas com valor econômico (até 50% de espécies econômicas) consorciadas com espécies nativas, bem como a recuperação de áreas de preservação permanente (APPs) com o uso da agricultura conservacionista.
2. Permissão da recomposição ou servidão florestal, desde que em um mesmo bioma ou pagamento em dinheiro passivo ambiental, caso não seja possível a compensação da reserva legal na bacia hidrográfica e/ou no mesmo estado. O pagamento poderia ser realizado conforme projeto técnico, considerando à necessidade de recuperação da mesma área do estado de origem.
3. Permissão de continuidade das atividades agropecuárias em APPs consolidadas (várzeas, encostas, topos de morro), utilizando técnicas agrícolas conservacionistas.
4. Aumento do prazo previsto para a compensação da RL fazendo com que a contagem do prazo se inicie quando da publicação da lei ora proposta.
5. Manutenção dos direitos adquiridos, fazendo com que os produtores que buscam regularizar seu passivo ambiental tanto de reserva legal como de APPs não possam sofrer punições por infrações que não estavam anteriormente contempladas em legislações.
6. Explicitação do direito adquirido na legislação para garantir aos produtores segurança jurídica em face das novas legislações.
7. Atribuição do regime de uso das APPs aos Consemas e/ou as Secretarias Estaduais do Meio Ambiente, com base na orientação dos ZEEs nos estados.
8. Fortalecimento, em lei, do zoneamento ecológico econômico (ZEE), no âmbito do governo, indicando a responsabilidade dos estados na definição dos parâmetros desta lei.
9. Vinculação, em lei, da necessidade de projeto técnico elaborado por profissional habilitado (uso de ART) na recuperação de passivos ambientais e que sejam apoiados em trabalhos técnico-científicos quando da sua elaboração.

Eis aí um bom conjunto de idéias para discussão. Mas sem brigas, nem radicalismo. Devemos todos buscar o entendimento.

DESPERSONALIZAR A DISCUSSÃO

JOÃO SAMPAIO*

“Precisamos discutir o Código Florestal com racionalidade e de forma impessoal. É importante despersonalizar a discussão. Há pelo menos cinco pontos sobre o Código Florestal que precisam ser debatidos e resolvidos imediatamente. Não vamos conseguir resolver tudo de uma vez, principalmente em um ano eleitoral.

A produção consolidada, que envolve as regiões agrícolas mais tradicionais, precisa ser respeitada. Você não pode chegar para o fazendeiro e pedir simplesmente que reduza a sua área de produção. Faz 80 anos que se planta arroz em várzea no Rio Grande do Sul ou uva e café em topo de morro. Para a Amazônia, desmatamento zero. Mas é preciso distinguir bem o que é o Bioma Amazônia e o que é a Amazônia Legal. A agricultura brasileira não precisa desmatar para crescer, há outras formas de aumentar as áreas de lavouras, como a recuperação das pastagens degradadas.

Precisamos incluir as APPs (áreas de proteção ambiental), com as matas ciliares, na conta da reserva legal. As APPs e as reservas legais devem ser unificadas. Além disso, é preciso autorizar os agricultores a fazer compensações ambientais fora de suas bacias hidrográficas de origem e até mesmo fora do estado.”

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

HÁ MAIS ANTAGONISMO EM BRASÍLIA

WALTER LAZZARINI*

“Nesta discussão há mais antagonismo no Congresso Nacional e no governo do que na própria sociedade. Este assunto está sendo encaminhado de forma inadequada, impedindo uma discussão técnica e serena sobre o que é melhor para o País e para o ambiente.

O Código Florestal foi implantado há quase 45 anos, numa época em que as fazendas não ocupavam a maior parte de suas terras com lavouras e mantinham as matas e as florestas. Mas, com o tempo, o percentual de reserva legal exigido foi preservado só no papel, não no campo.

Os agricultores passaram a ocupar as áreas de reserva com lavouras, e os ambientalistas, por sua vez, estavam satisfeitos com a legislação em vigor. Com o crescimento dos movimentos ecológicos em todo o mundo, a questão da reserva legal ganhou

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal.

maior atenção da sociedade. Quanto mais se radicaliza, mais se ganha espaço na mídia e atenção do eleitorado. As lideranças rurais são mais radicais e têm forte presença no Congresso Nacional, enquanto os ambientalistas geralmente conseguem maior atenção da mídia.

A questão não é reduzir o percentual de reserva legal exigido pela lei. Isso pode provocar uma reação dos ambientalistas e fazer com que o Ministério Público passe a cobrar os 20% que já eram estabelecidos. De outro lado, o percentual de área de reserva legal averbada no estado de São Paulo é muito pequeno. Também é preciso considerar que as reservas legais que existem hoje nas fazendas não formam um corredor ecológico e, portanto, não são tão relevantes para a biodiversidade. Em vez de exigir do produtor a recomposição da reserva legal, é melhor fazê-lo recuperar as áreas de preservação permanente (APPs) como as matas ciliares. As APPs deveriam ser consideradas para efeito da contagem da reserva legal.

No que diz respeito à chamada produção consolidada, ela pode ser respeitada desde que não esteja provocando danos ambientais. Mas deveria se exigir dos fazendeiros uma compensação ambiental. Não podemos simplesmente esquecer o assunto, mesmo porque estaríamos beneficiando os infratores. Não é uma compensação ambiental onerosa. Sou ambientalista, e também sou engenheiro agrônomo e agricultor. E sei que todos ganham com a recuperação das APPs. Ganha a natureza e o próprio agricultor, que vai proteger os rios e as suas terras da erosão.

É natural que os agricultores queiram expandir as suas áreas de cultivo, mas de nada adianta aumentar a produção e não conseguir um preço justo pelo seu produto. O grande problema da agricultura é o protecionismo dos países desenvolvidos. Não se paga hoje um preço justo pelo alimento.*

*Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Fiesp.

ÓDIO AMBIENTAL

TRECHOS EXTRAÍDOS DO ARTIGO DE XICO GRAZIANO, PUBLICADO EM O ESTADO DE S. PAULO DE 16 DE JUNHO DE 2009.

(...) Mas os agricultores brasileiros voltaram à berlinda. Acabam de receber do ministro Carlos Minc um feio xingamento: o de vigaristas. A polêmica esquentou o frio da estação. Novamente o ambientalismo trombou com o ruralismo.

(...) O embaraço criado pelo ministro do Meio Ambiente brota das divergências quanto ao Código Florestal. (...) Ele deve ter lá seus motivos. Mas, generalizando, agrediu a roça inteira.

(...) Existem lideranças do campo, é verdade, que não gostam da legislação ambiental, colocando os interesses da produção acima da conservação da natureza. Os tradicionalistas ainda raciocinam como naquela época dos desbravadores, quando as florestas eram derrubadas impiedosamente para abrir espaço ao progresso material da sociedade. Tempos de outrora.

(...) Essa lógica do crescimento econômico imperou até meados do século passado. Desde então, crescentemente, surgiram interesses urbanos ligados à preservação ambiental. A nascente tendência influenciou a lei florestal aprovada em 1965. Há 44 anos.

(...) O Código Florestal, conforme ficou conhecido, obrigou as propriedades rurais a manterem uma “reserva legal” de 20% de sua área, onde se impede o corte da vegetação nativa. Somente o uso não predatório pode ocorrer na reserva legal, como, por exemplo, a exploração de mel de abelhas ou de lenha seca. Na Amazônia, tal reserva subia para 50%. Mais ainda: a lei também definiu que as beiradas de córregos e rios, as nascentes d’água, as terras muito inclinadas e os topos de morros se tornassem áreas de preservação permanente. Nessas ninguém poderia bulir.

(...) Até que, em 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso elevou, por medida provisória, a reserva legal na Amazônia de 50% para 80%, aumentando a proteção da floresta tropical.

(...) O susto provocado pela ousadia oficial fez todos acordarem. E divergirem. O xis da questão reside no seguinte ponto: quem derrubou a mata virgem antes de valer a nova restrição como fica? Suponha que um cidadão tenha comprado uma terra no Pará e desmatado metade dela, de acordo com a regra anterior. Fica agora irregular?

(...) Hoje, noutro contexto, os produtores rurais estão sendo compelidos, nas palavras dos ferrenhos ambientalistas, a resgatar seu “passivo ambiental”. Mas como? Recuperando as áreas que, inadvertidamente, surrupiaram no passado. Se não o fizerem na sua propriedade, que adquiram, em compensação, outra área ainda florestada. Para mantê-la virgem.

(...) Óbvio surge a dificuldade: quem paga a conta desse acordo com o passado? Até hoje ninguém respondeu a contento a essa pergunta.

(...) Como na matemática, porém, todo problema apresenta uma solução. Sim, existe sobre a mesa um acordo viável entre ruralistas e ambientalistas.

(...) O trato poderia ser o seguinte: ninguém derruba mais nenhuma mata, em nenhum lugar, exceto quando necessário e autorizado. Em troca, podem permanecer produzindo nas áreas anteriores, salvo onde existe risco ambiental. Desmatamento zero, produção consolidada. Ganham os dois lados. Perdem apenas os radicais e os reacionários.

(...) Há espaço para uma boa negociação, atualizando a legislação ambiental no rumo da agricultura sustentável. Mas a radicalização do processo político azedou o caldo da discussão.

*Agrônomo e Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.
E-mail: xico@xicograziano.com.br.

ENTENDENDO A “REDUÇÃO DE EMISSÕES PARA O DESMATAMENTO E DEGRADAÇÃO” NA AMAZÔNIA

TRADUÇÃO LIVRE DE TRECHOS EXTRAÍDOS DO ARTIGO PUBLICADO NO *THE ECONOMIST* DE 11 DE JUNHO DE 2009.

(...) Isto porque é difícil alinhar os interesses das pessoas que vivem nas florestas (atualmente, há 20 milhões de pessoas na Amazônia brasileira), com os do resto da humanidade.

A melhor maneira de conter o desmatamento envolve uma mistura de duas ideias: definir claramente os direitos de propriedade sobre a terra e remunerar os proprietários pelo não desmatamento. Se algum lugar precisa dessas políticas, este lugar é o Brasil, que tem 60% da maior floresta tropical do mundo. O Brasil tem fortes motivos para a preservação da Amazônia. O desmatamento traz terríveis danos à reputação de um país que é pioneiro no campo da energia renovável. Também põe em risco o regime de chuvas brasileiro, que depende da manutenção da Floresta Amazônica e que permite ao País ser um dos maiores exportadores agrícolas do mundo.

O Brasil já conta com um sofisticado sistema de monitoramento de desmatamento via satélites e aviões. Cerca de 40% da Amazônia já foram demarcados como parques nacionais ou reservas indígenas. A área restante está sob um conjunto de leis que restringem o desmatamento. No entanto, o problema é fazer com que as leis sejam cumpridas nessa vasta área onde muitos de seus habitantes não concordam com essas regras. O primeiro passo é o adequado registro das terras para confirmar quem possui o quê. Entre 15 e 25% da Amazônia são propriedades privadas, onde legalmente devem ser mantidos 80% da mata original (embora, muitas vezes, não seja). A maior parte da área restante é constituída por terras públicas (federais), mas, na prática, são espaços sem lei, onde há falsos títulos de propriedade, homicídios e aceleração do desmatamento por causa da competição por terras. Alguns agricultores ainda derrubam árvores como forma de legalizar suas terras e as multas da agência ambiental brasileira são utilizadas como documentos que comprovam sua propriedade.

Uma lei aprovada este mês pelo Congresso brasileiro ambiciona acabar com a confusão, mas isso tem preço. Serão concedidos títulos a todas as propriedades de até 1.500 hectares ocupadas antes de 2005 na Amazônia, um conjunto de terras do tamanho da França; e novos pedidos de legalização de terra serão proibidos. A lei promove algumas injustiças, pois corre-se o risco de premiar pessoas que fizeram uso de violência para obter suas terras, incluindo grandes latifundiários que ocupam

quase 90% da área em discussão. Ambientalistas brasileiros querem limitar a legalização apenas para pequenas propriedades e proibir a sua venda por dez anos.

Esses riscos podem obstruir a proposta. Melhor para o governo é complementar a tentativa de pôr fim às disputas privadas pela posse da terra com uma decisão sobre transformar o resto da Amazônia em terras públicas, sob o formato de parques ou reservas. (...)

No momento, economicamente, faz sentido cortar árvores, pois para quem pode fazê-lo, é possível vender a madeira e transformar a terra em fazendas ou produções agrícolas. Portanto, a segunda ideia para salvar as florestas consiste na mudança de incentivos econômicos, ao pagar aos proprietários para não cortar as árvores, uma ideia conhecida no jargão diplomático sobre mudanças climáticas como “redução de emissões por desmatamento e degradação” (REDD). Uma vez que muitos países ricos arrasaram suas florestas conforme se desenvolviam, parece justo que eles paguem uma parte dos custos dessa preservação.

(...) O regime REDD exigirá um acompanhamento atento para garantir que as florestas sejam realmente preservadas e para que créditos de carbono de uma área sejam comercializados apenas uma vez. (...)

Mesmo assim, vale a pena tentar, simplesmente porque evitar o desmatamento é uma eficiente estratégia para reduzir as emissões de carbono. Portanto, o REDD merece um espaço no novo tratado mundial sobre mudanças climáticas a ser negociado em Copenhague, em Dezembro, para substituir o Tratado de Kyoto, que expira em 2012. Tal como acontece com outras formas de crédito de carbono, hoje, regimes REDD voluntários e experimentais terão de ser substituídos por outros mais confiáveis e rigorosamente monitorados. No entanto, tais regimes REDD terão oportunidade de funcionar somente se os países que o utilizarão definirem claramente os direitos de propriedade sobre suas florestas. Mesmo a imperfeita tentativa brasileira de fazer isso é um passo em frente.

O FUTURO DA FLORESTA

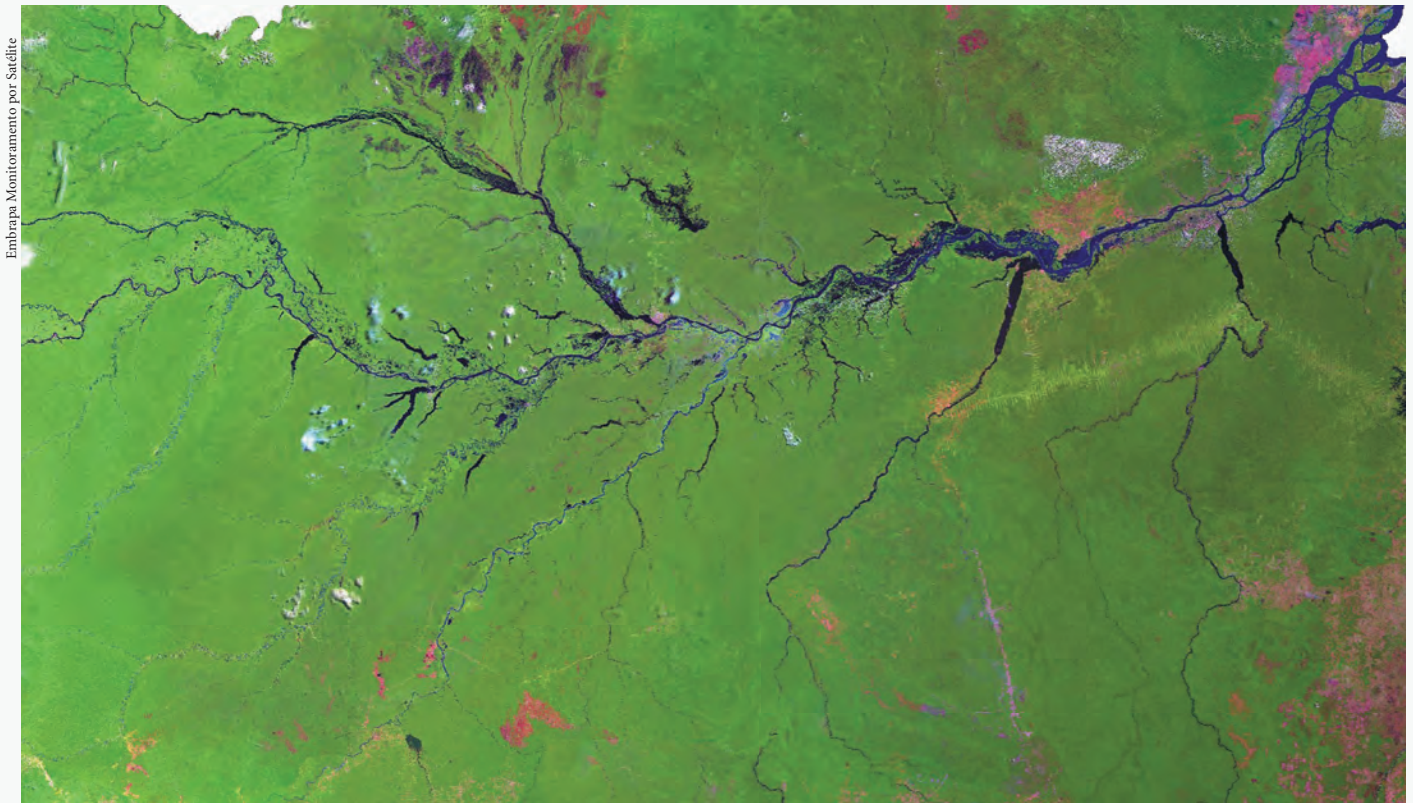
TRADUÇÃO LIVRE DE TRECHOS EXTRAÍDOS DO ARTIGO PUBLICADO NO *THE ECONOMIST* DE 11 DE JUNHO DE 2009.

(...) A nova lei vai mudar a posição do Estado brasileiro sobre o tema, julgando entre reivindicações concorrentes por terra, entregando pequenas parcelas de terra para os seus aparentes proprietários e reivindicando as porções de terra de extensão mais expressivas (superiores a 1.500 hectares ou 3.700 acres)

para o Estado. Isso, sem dúvida, acobertará antigas injustiças. “É muito difícil saber quem matou alguém há 20 anos para obter um pedaço de terra ou que só chegou recentemente”, diz Denis Minev, o secretário de Planejamento do Amazonas (que conta com recordes em desmatamento). Mesmo assim, a longo prazo, a medida pode se revelar útil. “Regularização das propriedades fundiárias é de fundamental importância para con-

tamento. A Alemanha também contribuiu para o fundo. Turid Rodrigues Eusébio, embaixador da Noruega em Brasília, diz que muitos outros países estão acompanhando a Noruega para ver como sua iniciativa se desenvolverá, e também participarão se a ideia for um sucesso.

O Amazonas esperar conseguir outra fonte de recursos, sob a forma de pagamentos para não cortar árvores, a partir da ini-



ter o desmatamento”, afirma Carlos Minc, ministro do Meio Ambiente brasileiro.

(...) Também estão em curso esforços para a comercializar produtos da floresta, como, por exemplo, óleos de peixes do Rio Amazonas utilizados em cosméticos. A organização Amigos da Terra, em um estudo sobre esses empreendimentos, afirma que os produtos podem ser rentáveis desde que produzidos em grupo e transformados em acabados. “Estou convencido de que, em 20 anos, teremos uma economia florestal viável”, diz Smeraldi.

A aceleração do processo é um dos motivos por trás da doação de US\$ 1 bilhão para a Amazônia anunciada em setembro pelo governo da Noruega. Com esse dinheiro e com futuras doações, o governo brasileiro criou um fundo para a Amazônia. A Noruega não tem nada a dizer sobre como o dinheiro será utilizado, mas afirma que a liberação dos recursos para o fundo brasileiro está ligada ao sucesso do Brasil na redução do desma-

ciativa da ONU conhecida como REDD, que será discutida em Copenhague, em dezembro. Pagamentos desse tipo já estão sendo feitos no Amazonas: US\$ 8,1 milhões de empresas privadas, como os Hotéis Marriott e o Bradesco, um grande banco, estão sendo entregues pelo governo estadual para 6.000 famílias, em troca da não derrubada de mais árvores. O desafio é expandir os regimes para as árvores nas margens das propriedades, que estão em maior risco.

(...) Nesta visão da Amazônia, a floresta será preservada como um grande parque nacional, com poucas indústrias que gerarão renda para os seus habitantes. A agricultura, que será mais produtiva do que é hoje, fará uso de terras abandonadas e elevará os rendimentos para satisfazer a demanda interna e externa, sem prejudicar ainda mais a selva. Este objetivo é plausível, assim como recomendável, mas vai demorar décadas para ser alcançado. Entretanto, durante esse período, a floresta continuará a encolher. A luta hoje é sobre o quanto rápido isto acontecerá.

PROPOSTA DO CÓDIGO AMBIENTAL BRASILEIRO

A FRENTE Parlamentar da Agropecuária (FPA), composta por 208 deputados federais e 35 senadores, depois de quase uma década, desengavetou e encaminhou ao Congresso Nacional a proposta de criação do Código Ambiental Brasileiro, em substituição ao atual e complexo Código Florestal, aprovado pela Lei nº 4.771 de 1965, que já teve vários itens alterados e sofreu mudanças em cinco momentos nos últimos trinta anos: em 1978, 1986, 1989, 2001 e 2006.

O objetivo é substituir 130 projetos de lei em tramitação na Câmara e no Senado, além de consolidar aproximadamente 16 mil normas ambientais vigentes.

O presidente da frente, deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), destaca que a proposta foi elaborada após meses de discussão entre deputados, senadores e entidades de apoio ao setor produtivo. Segundo ele, um dos objetivos da proposta é conciliar a preservação ambiental e a produção agrícola. Para tanto, está prevista a descentralização da legislação ambiental entre a União, os estados e o Distrito Federal.

Ampliar o alcance do Código Florestal

- Mudança de conceito;
- Descentralização das atribuições;
- Criação de um fundo de compensações;
- Extinção das penas de prisão para crimes ambientais;
- Garantia das áreas de produção rural já consolidadas;
- Inclusão de questões urbanas;
- Ampliação dos problemas restritos aos produtores para empresários de todos os setores da economia.

No âmbito das atribuições legais, o texto transforma o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Ibama) em instância “consultiva e propositiva” de normas para um novo Conselho Superior a ser composto por ministros de Estado. A composição de seus 180 membros passaria a ser paritária entre setores da sociedade envolvidos com a questão.

A nova legislação muda de forma radical a sua linha de raciocínio. As unidades da Federação deverão agora traçar as suas linhas específicas a partir das regras gerais emanadas pela União. A base será a elaboração de zoneamentos econômico-ecológicos (ZEE), que sirvam para a realização do planejamento técnico e científico da ocupação territorial rural e urbana do território nacional.

A unidade de conservação da biodiversidade não mais seria a propriedade rural, mas, sim, a bacia hidrográfica. Assim, as exigências passariam a recair sobre o conjunto de cada estado.

Um novo conceito aparece: a área de reserva ambiental (RA), para substituir as chamadas áreas de reserva legal e de preservação permanente. A sua aplicação seria em áreas sensíveis, de acordo com a topografia, textura e profundidade do solo nas margens de rios. A conservação dos corredores de água ajudará a preservar a fauna e a flora e garantirá a produção. Quanto à compensação da reserva legal em outras áreas, a intenção é estimular produtores a recuperar vegetações nativas em outras bacias hidrográficas onde é possível fazê-la.

O projeto preserva as denominadas áreas consolidadas, com objetivo de preservar regiões produtoras de fruticultura, cafeicultura e rizicultura. Apesar de não exigir a demolição das instalações próximas de um curso d'água, será proibido o lançamento de esgoto. O recado cabe mais à população urbana.

O texto trata também da criação de compensações financeiras por serviços ambientais prestados pelos produtores rurais. Para tanto, está previsto a constituição de um fundo ambiental suprido com recursos oriundos de contribuições obrigatórias de União, estados e empreendedores, mais as fontes relacionadas a projetos de créditos de carbônicos e de concessionários de serviços públicos.

Outro assunto polêmico diz respeito à punição por crimes ambientais. As multas seriam proporcionais aos valores patrimoniais. Uma política que leva ao incentivo o desenvolvimento das compensações ambientais, por meio de mecanismos financeiros pelos efeitos de impactos ambientais não mitigáveis.

Enfim, a nova legislação traz para a sociedade um novo enfoque, além daquelas preocupações tradicionais ligadas à escala de produção e aos preços competitivos, com a incorporação das questões ambientais, bem como a ideia de que o progresso e o desenvolvimento estão relacionados à preservação das condições ambientais, essenciais à manutenção da vida.

Atualmente, para obter resultados favoráveis, os empreendimentos devem levar em conta também o fator ambiental. E isso implica a obediência às leis ambientais federais, estaduais e municipais. Como carrega conceitos e diretrizes rumo ao desenvolvimento sustentável, o novo projeto de lei terá de garantir a sobrevivência e a sadia qualidade de vida a todos.



Lau Polinésio

15º Fórum da Associação Brasileira de Agribusiness Logística



Lau Polinésio

Abertura

Carlo Lovatelli
Presidente da Abag

Nos dois últimos fóruns, tratamos do tema da crise, que continua a nos afligir. Agora, neste 15º Fórum, vamos focar um tema que, obviamente, muito nos preocupa: logística.

Como parceira para a realização deste evento, contamos com a participação especial da Anda – Associação Brasileira de Difusão de Adubo, motivo pelo qual aproveitamos para cumprimentar o seu presidente Mario Barbosa e o seu diretor executivo Eduardo Daher.

Desde o ano passado, a Abag e a Anda, por meio de uma série de reuniões, vêm trocando idéias e conversando sobre a questão da logística no Brasil.

Muito dos senhores se recordam do nosso 3º Fórum, de junho de 2005, quando tratamos desse assunto. Depois, no 5º Fórum, de março de 2006, sobre as Propostas do Agronegócio para os Candidatos à Presidência da República. Nesses dois fóruns a questão da logística lá esteve.

Principalmente pela sua dimensão continental, a competitividade do agronegócio brasileiro tem tudo a ver com a situação da sua logística. As estimativas são de que o seu custo corresponde a 16% do PIB nacional, enquanto o padrão internacional é de 10%. Temos de reduzir esta diferença.

Na verdade, com a expansão da agricultura, das áreas tradicionais do Sul/Sudeste para o Centro-Oeste, junto com o acelerado crescimento das exportações do agronegócio, a necessidade de uma infraestrutura para o suprimento de insumos e o escoamento da produção passou a ser vital.

Do ponto de vista da logística, ficamos com duas agriculturas:

- A continental, com a expansão da fronteira para o interior do País;
- A marítima, mais próxima das orlas e dos portos.

Olhar as particularidades e os intermodais de transporte para as duas agriculturas é um assunto importante e recorrente, que deve sempre ser explorado, de modo a trazer uma visão sobre a situação em que estamos e os desafios a serem superados no futuro próximo.

Estamos começando o fórum mais cedo do que de praxe. Longe de esgotar um assunto tão complexo e amplo, pretendemos neste evento trazer informações e dar aos presentes condições para debatermos e continuarmos a avançar na agenda da logística. Todos sabem que não basta esticar os olhos para o curto prazo.

Teremos uma apresentação sobre as ações públicas e o estágio de evolução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 28 de janeiro de 2007, que engloba um conjunto de políticas econômicas, planejadas para até 2010, prevendo investimentos totais de R\$ 503 bilhões.

Com base na projeção de crescimento das nossas principais cadeias produtivas traçada pela Associação Nacional dos Usuários de Transporte de Cargas, veremos os gargalos a serem desobstruídos no horizonte futuro, que atravessa a próxima década.

Serão mostrados também os investimentos programados em estradas, armazéns, vagões, locomotivas e terminais para outras cargas, para até 2013, como aqueles que serão apresentados aqui, no projeto da Ferrovia Centro-Atlântica, ligada à Vale do Rio Doce.

Da parte dos portos, temos que o uso de terminais de grãos líquidos, contêineres e cargas gerais vão ao encontro das necessidades do mercado por um serviço direto e íntegro. Entram em jogo, então, variáveis como dias fixos de atracação/saída e *transit times* competitivos entre os portos.

Portanto, é bem oportuno saber como os prestadores e os usuários da logística encaram a situação brasileira.

Enfim, pretendemos neste fórum, trazer atores importantes da nossa cadeia logística do agronegócio, de modo a abrir caminhos para que tenhamos no País serviços modernos de nível e padrão internacional.

Vamos às apresentações.

1º Expositor

Renato Salene
Gerente de Desenvolvimento
de Negócio da Vale

Para suportar seu crescimento, a Vale aportou em logística mais de US\$ 5,2 bi nos últimos seis anos. Comprometida com o desenvolvimento do País e do agronegócio, a empresa investe em novos corredores logísticos, como:

I. Ferrovia Norte-Sul

Novo corredor de escoamento de carga geral para exportação, principalmente de grãos, como:

- Investimentos de US\$ 790 milhões ao longo de cinco anos;
- Geração de mais de 50 mil empregos a partir de 2009.

II. Noroeste de Minas Gerais

Desenvolvimento de nova fronteira agrícola através de corredor logístico integrado de exportação, com:

- Investimentos de R\$ 300 milhões (FCA e parceiros);
- Geração de 20 mil empregos em toda a cadeia produtiva e grande impacto socioeconômico.

III. Ferrovia Norte-Sul

Ampliação do corredor logístico da Região Centro-Norte, em operação desde o início da década de 90 (trecho de 200 quilômetros entre Açailândia e Porto Franco, no Maranhão), para Colinas do Tocantins – mais 255 quilômetros, e Palmas – mais 264 quilômetros, ambos no Tocantins.

O projeto tem sinergia privilegiada com a EFC e com o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira e Porto de Itaqui (Berço 105) em São Luís, com capacidade de receber grandes navios cargueiros e proximidade dos principais mercados, como os EUA, a Europa e Ásia. A linha ferroviária totalizará 719 quilômetros, de Açailândia a Palmas.



Lau Polinésio

IV. Noroeste de Minas

Novo corredor logístico para exportação de grãos. Envolve o compromisso do governo do estado em manter rodovias da região com condições de trafegabilidade até o Terminal Intermodal de Pirapora (TIP).

Daí, segue de forma eficiente e moderna a linha ferroviária até Vitória, com terminal portuário (TPD) para atender navios com capacidade de grande porte (*Cape Size*).

Investimento da Logística Vale (US\$ milhões)

Ano	Valor
2003	274
2004	484
2005	1.092
2006	649
2007	784
2008	1.952

2º Expositor

Julian Roger C. Thomas
Diretor superintendente
da Hamburg Sud-Aliança

A evolução das quantidades exportadas e importadas pelo Brasil, no conjunto, tiveram um crescimento considerável entre 2000 a 2008, quando passou, em milhões de toneladas, de 1,5 para 3,6, ou seja, um avanço próximo de 142%.

Existem dois indicadores positivos sobre o desempenho dos portos em período recente. Enquanto a evolução do volume de contêineres acompanhou a tendência mundial entre 1996 a 2008, com crescimento de 3,3 vezes, houve uma evolução da frota da Hamburg Sud-Aliança nos serviços da Costa Leste da América do Sul: saímos de embarcações da classe Santa Rita (530 TEUs), em 1978, para a Cap San Antonio (3.700 TEUs), em 2001 e chegamos a Santa Class (7.100 TEUs), em 2008.

O lado negativo fica por conta da capacidade limitada dos terminais. Apesar

Brasil: capacidade adicional necessária para os portos

Área total para contêineres em 2.007	3,2 milhões m ²
Capacidade nominal	5,1 milhões de TEUs*
Movimentação efetiva	6,9 milhões de TEUs
Déficit em 2.007	1,8 milhão de TEUs ou 1,1 milhão m ²
Movimentação estimada em 2012	13,8 milhões de TEUs

* TEU é medida de capacidade equivalente à de um contêiner de 20 pés

de representarem apenas 15% da quantidade movimentada, os terminais de contêineres correspondem a 60% em termos de valor. Com a crise vigente, houve uma queda de 30% a 40% no seu movimento. Isso trouxe certa folga na capacidade de utilização dos portos.



Lau Polinésio

Quando se toma o Porto de Santos como exemplo, constata-se que houve um déficit de 680 mil metros quadrados no tamanho da retroárea, cuja expansão não acompanhou a quantidade de contêineres movimentada.

As principais limitações dos portos brasileiros estão tanto no déficit de capacidade (retroárea) dos terminais de contêineres e da infraestrutura de acesso, como na falta de dragagem nos canais de acesso. Como consequência, se assiste a uma longa espera para atracação dos navios, baixa produtividade de carga/descarga e utilização parcial da capacidade dos navios.

Para a situação não piorar ainda mais, a área portuária deverá aumentar nos próximos anos em 5,4 milhões de metros quadrados.

O quadro de deficiência dos portos leva a uma queda na produtividade (contêineres/hora/navio), com atrasos e cancelamentos de viagens, remoções e armazenamento, espaço ocioso, recuperação de itinerário e aumento de velocidade (causa maior consumo de combustível).

Considerando o custo da ineficiência portuária nos serviços da HSud em 2008, bem como a sua participação no mercado de 20%, podemos estimar o custo total em US\$ 310 milhões. Esse valor corresponde ao tamanho do investimento para construir um terminal. Em outras palavras, o Brasil tem um custo adicional de um terminal por ano.

A crise deste momento é uma oportunidade para fazer investimento e se preparar para o crescimento que virá. O problema não está tão somente na disponibilidade de dinheiro, mas também na elaboração de projetos viáveis técnica e economicamente. É necessário um marco regulatório apropriado que ofereça condições para que o governo e a iniciativa privada desenvolvam trabalho conjunto.

3º Expositor

Antonio Rodrigues Branco
Diretor de Portos e Serviços
da Bunge Alimentos

De acordo com ex-ministro de Minas e Energia e de Assuntos Estratégicos Elieser Batista, o Brasil gasta por ano cerca de US\$ 75,2 bilhões em logística de transporte de

Porto de Santos: contêineres

Item	2001	2008	Var %
Movimentação (unidades)	714.000	1.743.000	144
Retroárea (m ²)	710.000	1.061.000	49
Extensão do cais (m)	2.410	2.560	6
Guindastes (unidade)	14	27	93

cargas, o equivalente a 12,4% do PIB. A redução deste custo depende da adequação da infraestrutura de transportes ao mapa de produção. A saída para o gargalo? A implantação de 70 projetos capazes de gerar uma redução de US\$ 20,5 bilhões por ano no custo logístico do no país.

No caso da soja, o mundo depende da produção do seu complexo (grãos, farelo e óleo) originada das Américas: Estados Unidos, Brasil e Argentina respondem três quartos da sua produção agrícola.

No Brasil, cuja produção deverá crescer muito nos próximos anos, os gargalos logísticos para o escoamento da produção deverão aumentar se nada for feito em termos de investimento. No Nordeste, Centro-Oeste e Norte, a produção o crescerá, respectivamente, em 462%, 107% e 122%. A nossa infraestrutura de transporte não tem acompanhado a expansão agrícola ocorrida no Brasil desde os anos noventa.

Existem investimentos prioritários para serem realizados, como a Hidrovia Teles-Pires-Tapajós, Rodovia BR-163, Ferrovia ALL/Ferromonte, Porto do Itaquí, Hidrovia Tocantins-Araguaia, Sistema de Cabotagem e a Ferrovia Norte-Sul. Infelizmente, a grande maioria deles, se já saíram do papel, ainda estão em fase bem embrionária. Isso é uma constatação preocupante.

Em anos recentes, convivemos com um cenário de volatilidade nos preços do petróleo e o envelhecimento da frota rodoviária. Com investimentos bem abaixo das nossas necessidades em rodovias, ferrovias e portos, vamos ficando em situação cada vez mais vulnerável.

As ameaças aumentam com a deterioração da malha viária, o baixo giro das cargas nos vagões das locomotivas e o aumento da *demurrage* (custo devido ao atraso das embarcações) nos portos. As oportunidades passam por investimentos em terminais portuários e o incremento da produtividade ao longo da cadeia logística.

Sabemos que o Brasil goza de grande potencial de expansão, com grande demanda doméstica, produtores rurais empreendedores e bioenergia. Não obstante, temos de superar enormes desafios para melhorar a infraestrutura logística e reduzir a estrutura fiscal do País. Isso é requisito básico para darmos mais competitividade à produção, com o desenvolvimento de novos corredores de exportação, como alternativas de saídas pelo Pacífico e uso de hidrovias na Região Norte.

4º Expositor

Paulo Protasio
Presidente da Associação Brasileira dos
Usuários de Transporte de Carga – Anut

Para elaborar o trabalho Plano Nacional de Logística e Transporte (PNLT) do Agronegócio, com horizonte amplo até 2023 (uma visão de 15 anos para frente), a Anut seguiu a mesma metodologia inovadora do PNLNT.

Para tanto, foram “extraídos” do PNLNT os principais produtos demandantes de transporte – soja/milho/arroz /trigo /café /açúcar e etanol /madeira e celulose /carne /fertilizantes.

Para esses produtos, a necessidade projetada de transporte, em milhões de toneladas, “salta” de 308, realizadas em 2008, para 545 em 2023. Isto significa mais 237. Se a logística já é precária agora, podemos imaginar o caos se nada de inovador for feito rapidamente.

Chegamos a conclusões previsíveis como o fato do agronegócio (desconsiderado o minério de ferro) continuar

sendo o maior demandante de logística do País. O fluxo do Cerrado para o Sudeste e Sul permanecerá extremamente intenso, mesmo que se façam os novos, urgentes e necessários corredores para o Norte e o Nordeste.

Constatamos que as soluções previstas no PNLNT para os corredores N e NE são ainda tímidas. Precisamos apostar mais nas hidrovias do Madeira/ Teles Pires-Tapajós (absorvendo o fluxo pesado da BR-163), Araguaia- Tocantins, com a complementação urgente das obras da BR-163, BR-364 e Ferrovia Norte-Sul até Palmas.

Caso não seja feita uma “reviravolta”, dificilmente as ferrovias vão atender as plenas necessidades do agronegócio. Desde 2000, as concessionárias vem atendendo em torno de 50% do transporte do complexo soja para exportação. Se há ne-



Lau Polinésio



Lau Polinésio

cessidade de expansão da malha rodoviária “intracerrado”, a Ferrovia Oeste-Leste aparece como novo corredor essencial ao escoamento/exportação da produção. Já a Ferrovia Transnordestina, carente de melhor definição, não tem fluxo suficiente para Pecém e Suape.

Na agroenergia, no caso do etanol, a saída está na implantação dos corredores específicos para o etanol – dutovias e/ou ferrovia, como exemplo do recente projeto da Cosan com a ALL.

Na modalidade hidroviária, a capacidade do sistema Tietê-Paraná tem condições de dar resposta rápida para o transporte



Lau Polinésio

Brasil: movimentação de carga (milhões de toneladas)

Item	Previsto	Realizado	%
Produção total (1)	279	287	2,8
Agrícola – inclui madeira e etanol	219	228	4,0
Celulose	12	12	0
Fertilizantes	26	22	-15,4
Carnes	22	25	13,6
Exportação	88	84	-4,5
Importação – fertilizante e trigo (2)	23	21	-8,7
Total (1 + 2)	302	308	2,0

Fonte: Anut

da produção agrícola do Cerrado, se receber investimentos para a sua ampliação.

Como desafio na execução de projetos, temos que 49% das obras do PNLT até 2023 são essenciais ao agronegócio, no montante de R\$ 82 bilhões. Como não contempla todas as obras essenciais ao agronegócio que constam do PNLT, se todo o PAC for realizado, faltariam ainda R\$ 45 bilhões para sua implantação.

Na parte institucional, o governo vem divulgando um bom andamento do PAC, o que não condiz com o desempenho verificado no Orçamento do Ministério dos Transportes, que não passa de 30 a 40% das verbas autorizadas.

As PPPs ainda não aconteceram ainda, enquanto as concessões das rodovias têm modelo adequado, mas com implementação lenta. Nos portos e ferrovias as licitações continuam com outorga onerosa.

Há problemas de regulação e de execução da multimodalidade. O melhor uso de tecnologia de informação e comunicação (TIC) para otimização dos fluxos de transporte ainda representa uma oportunidade para o avanço da integração do setor entre as iniciativas pública e privada.

A arquitetura para a ultrapassagem dessa crise econômica passa pelo estabelecimento de novas alianças com as outras cadeias produtivas interligadas ao agronegócio. O aproveitamento de uma possível “folga” temporária dos sistemas logísticos intensifica soluções e investimentos para a retomada do crescimento. Para tanto, é importante adotar novas ferramentas para aprimorar o processo das decisões estratégicas no setor.

Mesmo com a crise, a demanda logística superou a prevista nas rodovias e ferrovias, mas foi menor nos portos.

O trabalho realizado pela Anut foi feito numa atmosfera de otimismo econômico, com base no histórico de elevado crescimento no período 1998/2008 com taxas anuais de crescimento da produção e movimentação de cargas de 6% ao ano e exportações de 10% ao ano. O PNLT adotou taxas anuais de crescimento na faixa de 4,0% de 2008 a 2023 que levaram a movimentação prevista de cargas a 545 milhões de toneladas.

Mesmo assim, revendo o futuro, com base em taxas moderadas de 2,0% ao ano, a movimentação seria elevada ao patamar de 420 milhões de toneladas, o que é um grande acréscimo de 112 milhões de toneladas sobre o volume atual de 308 milhões de toneladas.

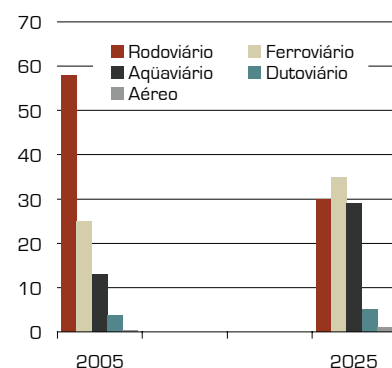
A ineficiência logística do País acarreta perdas comparativas crescentes: custo de US\$ 1,7 bilhão acima dos EUA e Argentina somente na soja em 2007 (fonte: Anec/USDA).

Na busca de soluções foi realizada a Oficina Técnica para Definições de Processos e Sistemas Inovadores para Ganhos de Competitividade do Agronegócio Brasileiro, em dezembro de 2008, em Brasília, com apoio do MDIC e MAPA.

A base de informação da oficina foi o trabalho Transporte – Desafio ao Crescimento do Agronegócio Brasileiro”, elaborado pela Anut com a colaboração da Abag, Abiove, CNA, Anda, Bracelpa, Cefacé, Ibraf e Logit.

As soluções logísticas apontadas no estudo da Anut continuam válidas e per-

Matriz de transporte atual e futura (%)



Fonte: PNLT

tinentes, mesmo com os percalços da crise, que intensifica as reflexões sobre o modelo futuro de desenvolvimento com ênfase crescente nas questões climáticas e ambientais.

Devemos estar atentos que se poderão criar restrições ao uso da terra, e estas demandas gerarão oportunidades crescentes para a energia verde e a produção sustentável, mas nunca foi tão importante ter maior conhecimento em todos os aspectos estratégicos. O nosso desafio se tornou maior e ao mesmo tempo global.

5º Expositor

Marcelo Perrupato
Secretário da Secretaria de Política
Nacional de Transportes (SPNT)

Os baixos níveis de investimento em infraestrutura geraram problemas a serem superados, distribuídos em todos os diversos modos de transporte, com ineficiências, custos adicionais e acidentes.

Nas rodovias, temos níveis insuficientes de conservação e recuperação, déficit de capacidade da malha em regiões desenvolvidas e inadequação de cobertura nas regiões em desenvolvimento.

Nas ferrovias, constatamos invasões de faixa de domínio, quantidade excessiva de passagens de nível, falta de contornos em áreas urbanas em extensão e cobertura insuficiente da malha

Nos portos, constatamos limitações ao acesso marítimo, restrições ao acesso terrestre, deficiências de retroárea e berços e modelo gerencial de administração portuária desatualizado.

Nas hidrovias, as conhecidas restrições de calado, deficiências de sinalização e balizamento e restrições à navegação pela inexistência de eclusas

Além disso, a matriz de transportes é desbalanceada, considerando as dimensões do Brasil, o que se comprova na comparação com países de porte equivalente.

Ineficiência portuária nos serviços da HSud em 2008

Impacto na qualidade do serviço

Escalas programadas	2.468
Escalas canceladas	241
Janelas de atracação perdidas	480
Horas perdidas nos portos	20.697
Total	23.886

Impacto nos custos da Hamburg Sud (US\$)

Custos adicionais nos portos	14.000
Custos adicionais nos navios	38.000
Receitas perdidas	10.000
Total	62.000

Capacidade de carga e ocupação de espaço físico

Modais	Hidro	Ferro	Rodo
Capacidade de Carga	1 Comboio Duplo Tietê: 4 chatas e empurrador) 6000 t	2,9 Comboios Hopper (86 vagões de 70 t)	172 Carretas de 35 t Bi-trem graneleiras
Comprimento Total	150 m	1,7 km	3,5 km (26 km em movimento)



Lau Polinésio

A estratégia para reversão desse quadro tem três focos principais:

- Superar limites estruturais da infraestrutura de transportes;
- Ampliar a cobertura geográfica da infraestrutura de transportes;
- Assegurar que a infraestrutura de transportes seja fator indutor e catalisador do desenvolvimento.

A prioridade aos investimentos em transportes ferroviário e hidroviário produz benefícios econômicos resultantes de menores custos de operação e frete em relação ao transporte rodoviário.

Resulta também em menor emissão de gases poluentes na atmosfera, oferecendo melhor qualidade ambiental do ar e menor impacto no aquecimento global.

A rede hidroviária disponível no País oferece a oportunidade de estruturar o seu sistema básico de transportes com maior eficiência energética, menor consumo de combustível derivado de petróleo e menor poluição atmosférica

A meta do Ministério dos Transportes de modificar a matriz de transportes de 2005 para 2023/2025 (produção de transportes de 850,9 para 1.510,4 bilhões de tku) busca atingir os objetivos de:

- Aumentar a eficiência produtiva em áreas consolidadas (AEP);
- Expandir a fronteira agrícola e mineral (IDF);
- Reduzir as desigualdades regionais (RDR);
- Integração regional sul-americana (IRS).

Do ponto de vista ambiental, essa mudança trará benefícios resultantes de aumentar a eficiência energética em 38,0%. Além disso, haverá redução de 41,4% no consumo de combustível e na emissão de CO₂ e NO_x, respectivamente, em 31,6% e 38,8%.

Lucas do Rio Verde Legal

Meio ambiente é um bom negócio

“O projeto Lucas do Rio Verde Legal é inovador principalmente porque, na visão dos parceiros da iniciativa, aproveitar a oportunidade de fazer a diferença na área ambiental é também um bom negócio” – João Campari, diretor do Programa de Conservação das Savanas Centrais da América do Sul da The Nature Conservancy (TNC)

O principal objetivo do projeto é conciliar o desenvolvimento agropecuário do município com a conservação ambiental e a responsabilidade social. O compromisso é transformar Lucas do Rio Verde, localizado a 350 km de Cuiabá pela BR-163, num dos únicos municípios do país sem passivos socioambientais no setor agropecuário, sem problemas trabalhistas e de uso correto e seguro de agroquímicos. É uma iniciativa da prefeitura de Lucas do Rio Verde e da organização não governamental The Nature Conservancy (TNC), em parceria com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), Fundação Rio Verde, o Sindicato Rural de Lucas do Rio Verde, Ministério Público Estadual, a Sadia, o Instituto Sadia de Sustentabilidade, a Syngenta e Fiagril.

Lucas do Rio Verde iniciou, com o projeto, uma aliança única no Brasil para tornar o município o primeiro a ter todas as propriedades rurais regularizadas do ponto de vista do Código Florestal. O trabalho é desafiador e tem o envolvimento de dez parceiros. Os cerca de 360 mil hectares do município foram mapeados em menos de um ano. Na segunda fase do projeto espera-se recuperar as áreas de reserva legal do município, como prevê o Código Florestal. Além de reflorestar as áreas de pre-

servação permanente como, por exemplo, vegetação das margens dos rios.

“A iniciativa surgiu não só pelas pressões de mercado, mas também para buscar a sustentabilidade ambiental da atividade rural, principal fonte de renda do município criado há 17 anos”, explica a secretária municipal de Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente, Luciane Bertinatto Copetti. Outro fator que motivou o projeto foi a consciência dos produtores rurais e dos administradores do município sobre a

necessidade de se proteger uma região da Amazônia Legal, na divisa entre os biomas Cerrado e Floresta Amazônica.

O diretor do Programa de Conservação das Savanas Centrais da TNC, João Campari, explica que o projeto enfrenta o desafio de estabelecer uma agenda comum entre o setor produtivo, entidades de pesquisa, governos em seus diferentes níveis, sociedade civil e organizações ambientalistas, no sentido de testar modelos de desenvolvimento que garantam harmonia entre a produção e a conservação ambiental. Para isso, o projeto trabalhará para que o Código Florestal seja cumprido, pois é a legislação que define as obrigações do produtor com relação ao meio ambiente, explica Campari.

O projeto fará também com que se estabeleçam mecanismos de efetiva legalidade nos processos de regularização ambiental



Prefeitura Lucas do Rio Verde.



Prefeitura Lucas do Rio Verde.

das propriedades, visando à diminuição dos custos que o produtor tem no processo de licenciamento de sua propriedade. Está sendo realizado o mapeamento das oportunidades de mercado dos ativos florestais e a negociação será priorizada, sempre seguindo as determinações legais. O projeto realizou o diagnóstico da propriedade para o licenciamento ambiental e os proprietários regularizados poderão agregar esses valores aos seus produtos rurais, atendendo às exigências do mercado consumidor.

O projeto prevê também que os passivos ambientais possam ser compensados com mecanismos coletivos, dentro das possibilidades da legislação, incluindo reservas legais em condomínio, maximizando assim as áreas de ecossistemas nativos contínuos sob proteção. A expectativa é que a integração de esforços das empresas, da TNC, dos órgãos estaduais e municipais construa um processo de legalização com ganho para o meio ambiente e para o produtor rural.

A meta é que o município de Lucas do Rio Verde figure no cenário estadual e nacional como aquele que não tem passivos florestais e trabalhistas na atividade agropecuária. O modelo em implementação pelo projeto poderá servir de orientação aos processos de desenvolvimento local e regional. O município de Lucas do

Rio Verde hoje já desponta como um dos principais pólos de desenvolvimento agrícola de Mato Grosso. Região consolidada por meio do processo de ocupação de assentamentos agrícolas na década de 70, o município planta e colhe duas safras por ano, com grande estabilidade de produção pela ausência de veranicos na estação chuvosa. Embora sua área seja de apenas 0,04% do território brasileiro, participa com mais de 1% da produção nacional de grãos – o equivalente a 1,5 milhão de toneladas anuais – e é o maior produtor de milho de segunda safra do país.

O município tem o terceiro melhor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do estado. Tem uma estrutura fundiária equilibrada, pois 81% das propriedades têm área de até 500 ha. E agora, Lucas do Rio Verde avança para seu segundo ciclo de desenvolvimento econômico pautado pelo processo de verticalização da produção por meio da transformação de proteínas vegetais (grãos) em proteínas animais (carnes). Esta etapa tem sido acelerada com os diversos incentivos para a instalação de novas indústrias.

O prêmio

O Projeto Lucas do Rio Verde Legal foi o responsável por garantir ao município o 1º Prêmio Brasil de Meio Ambiente, como destaque municipal. O prêmio foi

idealizado pelo *Jornal do Brasil* e pela revista *JB Ecológico*, em parceria com a *Gazeta Mercantil* e a revista *Forbes Brasil*, em janeiro de 2007. O projeto também foi reconhecido em maio de 2009 pelo XII Prêmio Mérito Fitossanitário, na modalidade socioambiental da Andef (Associação Nacional de Defesa Vegetal)

Histórico

O termo de cooperação para a execução do projeto foi assinado em junho de 2006 e a sede do projeto no município foi instalada em dezembro do mesmo ano. Em maio de 2007 o projeto realizou o 2º Fórum Municipal de Meio Ambiente com o tema Manejo Adequado no Uso de Defensivos Agrícolas. O evento debateu amplamente as questões relacionadas ao uso de defensivos agrícolas e repassou ao produtor todo o conhecimento sobre o uso, proteção e legislação pertinente à defesa fitossanitária. Foi elaborado posteriormente o plano de manejo adequado de uso dos defensivos agrícolas. Foi criado também um manual trabalhista, que consiste em levantar os problemas das questões trabalhistas e o que diz a lei. O manual foi discutido, debatido e aprovado no Fórum Municipal do projeto e disponibilizado aos produtores.

A prefeitura determinou por meio de decreto, no mês de setembro de 2007, que os proprietários não plantem nas áreas de preservação permanente. O projeto está fornecendo mapas e orientação de campo para o isolamento dessas áreas. Também foi realizado um curso de recuperação das áreas de preservação permanente para os agricultores da região no sentido de promover assistência técnica aos produtores no processo de recuperação destas áreas.

Os parceiros do projeto estão agora buscando recursos financeiros para a implantação da segunda fase, que identificará os mecanismos de financiamento ou fontes de recursos que permitam implementar efetivamente os acordos firmados em termos de regularização socioambiental e que permitam melhorar os aspectos tecnológicos voltados à produção sustentável. ■

Andef 35 anos

Defensivos no plantio direto

Arquimedes Lavorenti¹Pedro Jacob Christoffoleti²José Otávio Machado Menten³

O SISTEMA de cultivo direto envolve, entre outros procedimentos, a substituição da aração/gradagem pelo manejo químico das plantas daninhas. Este sistema difere do convencional principalmente quanto à maior utilização de herbicidas e dessecantes. Em relação ao solo, tem-se o recobrimento da superfície pela palhada, maior umidade e menor temperatura, aumento de atividade microbiológica, menor erosão e compactação, percolação mais lenta de água entre outros fatores. Assim, os defensivos agrícolas mais afetados são os que entram em contato com o solo, em especial os herbicidas (embora sejam usados inseticidas, nematocidas e fungicidas de solo/sementes).

Imediatamente após serem liberados nos agroecossistemas, por qualquer meio de aplicação que seja utilizado, os ingredientes ativos dos defensivos agrícolas estão sujeitos a três processos principais antes que o destino final seja traçado: retenção, transporte e transformação, que determinam o comportamento dos defensivos agrícolas no ambiente. A intensidade de atuação de cada um desses processos é influenciada por fatores climáticos, propriedades físico-químicas da molécula de defensivo agrícola e pelas propriedades físico-químicas e biológicas do solo (Figura 1).

O processo de transporte é caracterizado por um mecanismo físico e influencia diretamente a dinâmica dos herbicidas em ambientes de produção que adotam sistemas de produção conservacionistas denominados de plantio direto. Nesses sistemas, a presença da palhada deixada na superfície do solo altera a dinâmica

dos defensivos agrícolas quando comparados aos sistemas convencionais.

A dinâmica de um defensivo agrícola, em termos gerais, pode ser subdividida em três tipos de movimentação quando está sendo considerada a possibilidade de ser transferida para áreas não alvo e de uma possível contaminação: (a) movimentação em direção à atmosfera (volatilização e deriva da aplicação); (b) movimentação em direção às águas de superfície (escoamento superficial ou *run off*; deriva de aplicação e erosão eólica ou fluvial) e (c) movimentação em direção às águas de subsuperfície (lixiviação).

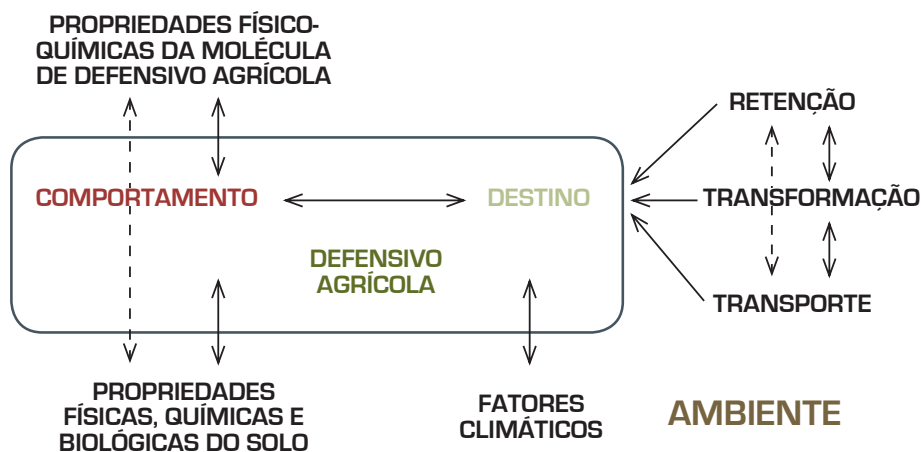
Para que uma molécula de defensivo agrícola esteja sujeita à movimentação e possa manifestar certa dinâmica no ambiente, a principal condição é que ela esteja livre. Isto implica dizer que, quando o processo de retenção se manifesta antes

dela poder se movimentar, a molécula é retida ou ligada a algum componente do solo, e fica impedida de se movimentar ou, o máximo que pode ocorrer é que, se algum componente que retém a molécula em sua superfície sofrer alguma movimentação, então ela também se movimentará, como no caso dos processos de erosão.

Então, como pode ser observado, o processo de retenção limita a dinâmica de defensivos agrícolas, e tudo que possa influenciar na retenção estará indiretamente influenciando também a dinâmica do defensivo agrícola no ambiente.

O sistema de plantio direto altera algumas propriedades físico-químicas e biológicas do solo, as quais estarão influenciando tanto o processo de retenção como a dinâmica do defensivo agrícola. Isto implica conhecermos então o que se

Figura 1. Interação de uma molécula de defensivo agrícola com o ambiente (Lavorenti, 1996)





Registro de novos ingredientes ativos

É preocupante o reduzido número de produtos fitossanitários modernos, à base de ingredientes ativos (I.A.) novos, à disposição dos agricultores brasileiros. A tecnologia e a inovação estão cada vez mais presentes, exigidas em todas as áreas. É necessário, portanto, que tenhamos agilidade para não perder a competitividade global de nossa agricultura.

O agronegócio é hoje a base da sustentabilidade e das vantagens competitivas que o Brasil detém. Uma simples análise do aumento do rendimento das culturas nos últimos 15 anos comprova essa tese. Se o rendimento dos grãos não tivesse duplicado, seria necessário o dobro da área cultivada, hoje, para produzir a mesma quantidade. Significaria, portanto, pressão por novas áreas, expansão das fronteiras agrícolas, desmatamento e destruição de florestas. A agricultura brasileira está cumprindo sua responsabilidade socioambiental graças ao aumento de produtividade obtido com o advento de novas tecnologias, principalmente insumos como os defensivos agrícolas e melhores cultivares. Os produtos fitossanitários são responsáveis diretos pela redução dos danos causados pelas pragas.

Na cultura da soja, por exemplo, se não houvesse fungicidas para manejo de ferrugem a partir de 2002, a produção brasileira seria metade da atual, com consequências dramáticas. O problema foi enfrentado com competência e agilidade pelo setor de defensivos, que registrou 23 novos produtos em tempo recorde.

Fonte: Sindag

altera quando é implantado o sistema de plantio direto comparado ao plantio convencional.

O sistema de plantio direto caracteriza-se por reduzir a movimentação superficial da água e o impacto das gotas de chuva por meio da cobertura vegetal morta dei-

xada na superfície do solo após processo de dessecação. A cobertura morta intercepta os herbicidas que tem como alvo o solo. Para que o destino do herbicida seja o solo há necessidade de transposição da palhada, o que é facilitado pelas chuvas ou irrigações. Dentre as características fi-

sico-química que interferem na dinâmica de transposição da palhada pelo herbicida destacam-se a solubilidade em água e o coeficiente de partição octanol-água (K_{ow}). Na prática, tem sido observado que herbicidas de menor K_{ow} e consequente maior solubilidade em água, têm maior capacidade de transposição da palhada, e, portanto adaptam-se melhor ao sistema de plantio direto quando aplicados na forma de herbicidas cujo alvo é o solo para o controle de plantas daninhas em condições de pré-emergência.

Outro aspecto bem conhecido sobre os agroecossistemas relacionados ao plantio direto é um aumento significativo no processo conhecido como microbioceno-se, ou seja, a intensificação dos processos mediados por microrganismos no solo. Sendo assim, é consequência do plantio direto uma possível intensificação da degradação microbiana dos defensivos agrícolas que atingem o solo, interferindo assim diretamente em sua dinâmica. Outro processo afetado pela palhada deixada sobre a superfície do solo é a mudança nas suas condições térmicas, principalmente durante o período de inverno, quando as variações de temperatura entre o dia e a noite tem menores amplitudes. A alteração deve com certeza interferir na dinâmica populacional dos microrganismos e nos processos químicos envolvidos na degradação de defensivos agrícolas. Sendo assim, pode-se inferir que o plantio direto afeta de forma significativa o comportamento de um defensivo agrícola no sistema se comparado ao sistema convencional de cultivo. No entanto, as informações sobre essa influência são ainda escassas e necessitam de maiores investigações científicas para a compreensão dos processos e consequente suporte nas decisões do uso racional de defensivos agrícolas no sistema de produção conservacionista. ■

1. Professor do Departamento de Ciências Exatas, USP/Esalq (alavoren@esalq.usp.br).

2. Professor do Departamento de Produção Vegetal, USP/Esalq (pjchrit@esalq.usp.br).

3. Diretor Executivo da Andef (diretoria@andef.com.br).

Crédito rural no Brasil

Panorama e propostas do sistema cooperativista

Evandro Scheid Ninaut¹Gustavo Rodrigues Prado²Marcos Antonio Matos³Flávia de Andrade Zerbinato Martins⁴

O AGRONEGÓCIO tem fundamental importância na economia brasileira, com expressiva participação no Produto Interno Bruto (PIB), no superávit da balança comercial e na geração de empregos. Trata-se de um importante elo da cadeia produtiva, suscetível a fenômenos naturais, que implicam maiores riscos que a produção industrial.

Como tem papel fundamental na modernização da base técnica de produção e o fortalecimento da agroindústria, a política agrícola deve abranger:

- O seguro rural;
- A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM);
- Crédito rural.

No cenário internacional, a crise de liquidez afetou a confiança dos agentes econômicos. Bancos centrais e tesouros nacionais fizeram intervenções para garantir a liquidez e a solvência do sistema. A amplitude da crise atinge instrumentos de crédito e de financiamento, importantes alavancas do capitalismo moderno.

Como deixam escasso o crédito para os produtores e suas cooperativas, os efeitos da crise mundial devem ser levados em conta nas discussões do novo Plano Agrí-

cola e Pecuário. O cenário é ainda agravado por:

- Um passivo de débitos ainda não resolvido;
- Deficiências de infraestrutura;
- Relativização do direito de propriedade;
- Exaustão do modelo de financiamento.

O volume do crédito rural aplicado entre julho de 2008 e abril de 2009 é inferior ao disponibilizado para a safra. Como neste período se concentra a maior utilização de créditos, dificilmente os recursos previstos serão utilizados na sua totalidade. Esse volume é inferior ainda ao disponibilizado na safra 2007/08.

Visando à reestruturação do crédito, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) ofereceu propostas em termos do volume de recursos, da taxa de juros e dos mecanismos de acesso e inovação do crédito, para atender, sobretudo, os pequenos e médios produtores e suas cooperativas.

Volume de recursos

Há incertezas quanto à atuação dos agentes privados, como as *tradings* e multina-

cionais, que reduziram os financiamentos das lavouras, diante da escassez de recursos e da volatilidade do mercado de *commodities*.

O déficit foi suprido parcialmente por cooperativas que financiaram os seus associados, mesmo diante de custos operacionais elevados. A participação importante do cooperativismo no crédito rural resultou em comprometimento de recursos próprios, acentuado diante das adversidades climáticas.

A proposta prevê o aporte de recursos da ordem de R\$ 110 bilhões para o custeio, a comercialização e os programas de investimento para a safra 2009/10, com a autorização para as instituições bancárias aplicarem os recursos da poupança rural.

Taxa de juros

Diante da estabilidade da economia brasileira, com reservas internacionais de US\$ 200 bilhões, déficits aceitáveis na balança de pagamentos e dívida externa sob controle, a previsão é de continuidade na queda das taxas de juros na economia brasileira nos próximos meses, alinhando-se às taxas internacionais.

Acesso ao crédito

Os sucessivos processos de renegociação do passivo do setor agropecuário elevaram a classificação de risco das operações de crédito rural. Como não conseguem acessar recursos subsidiados para financiar as suas lavouras, os produtores são forçados a utilizar linhas de mercado, com taxas de juros mais altas.

A proposta é de que se:

1. Estabeleça uma nova metodologia de classificação de riscos para o setor agropecuário, considerando suas especificidades e a utilização de mecanismos de mitigação de riscos, como o seguro rural e mecanismos de proteção de preços, a exemplo dos contratos de opções e *hedge*;
2. Crie o Fundo de Compensação de Riscos, com o objetivo de diminuir o risco das operações de crédito rural de forma a permitir a contratação de novos créditos pelo produtor rural.

Brasil: programação e aplicação de crédito rural (milhões de reais)

	2007/08	2008/09	
	Programação jul/07 a jun/08	Programação jul/08 a jun/09	Aplicação jul/08 a abr/09
1. Agricultura empresarial			
Custeio e comercialização	49.100,00	54.800,00	41.460,70
Investimento	8.900,00	10.200,00	7.760,80
Sub-total [1]	58.000,00	65.000,00	49.221,50
2. Agricultura familiar	12.000,00	13.000,00	7.808,10
Total [1+2]	70.000,00	78.000,00	57.029,60

Fonte: MAPA (2009)

Propostas de taxa de juros

Programa	Taxa de juros (% ao ano)		
	2008/09	Proposta 2009/10	%
Custeio	6,75	5,00	-25,93
Comercialização	6,75	5,00	-25,93
Proger rural	6,25	4,50	-28,00
Programas do MAPA/BNDES			
Moderfrota			
Renda bruta anual até R\$ 250 mil	7,50	6,00	-20,00
Renda bruta anual acima de R\$ 250 mil	9,50	7,50	-21,05
Demais programas	6,75	5,00	-25,93

Fonte: OCB

3. Faça a implantação de mecanismo de cobertura de risco de crédito às operações de capital de giro para o crédito rural nos moldes da Resolução Bacen nº 3.635/2008, que instituiu essa cobertura às empresas de construção civil.

Como os valores das garantias exigidas pelas instituições financeiras ultrapassam aqueles das operações de crédito rural, renegociadas com base na Lei nº 11.775, de 2008, o produtor fica sem acesso ao crédito rural.

Com relação às garantias para obtenção de novos financiamentos, a proposta prevê para:

- Custeio: até 100% do valor financiado e restrito ao penhor da produção prevista;
- Investimento: o bem financiado é garantia necessária e suficiente;
- Capital de giro: permitir a utilização, em segundo grau, das garantias dadas ao Pesa, Securitização e ao Recoop em novos financiamentos; possibilitar a cessão dos valores dos créditos tributários; e aceitar títulos recebíveis e contratos de venda como garantia nas operações de crédito de forma rotativa.

Na safra 2008/09, houve aumento da exigência para os agricultores obterem crédito rural, como a contratação de seguros de vida, títulos de capitalização e outros produtos das instituições financeiras.

Os produtores rurais e as cooperativas propõem coibir a realização das operações ditas “casadas”, tais como a liberação de recursos na conta dos fornecedores e a exigência do uso do seguro da instituição bancária ou sua subsidiária. A maior capilaridade para o crédito rural permite maior acesso do produtor via bancos e cooperativas de crédito.

Mudanças no Prodecoop

Com as dificuldades de acesso e a morosidade na análise pelos agentes financeiros, os projetos de capital de giro encaminhados pelas cooperativas não utilizaram parcela expressiva do montante de recursos disponibilizados.

O próprio ministro da Agricultura, Stephanes, afirmou que os bancos precisam agilizar a liberação de recursos para produtores rurais. Criticou a lentidão de instituições financeiras na liberação de recursos já autorizados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

A modalidade de capital de giro é essencial para dar fôlego às cooperativas para girar os negócios dos seus associados. As cooperativas agropecuárias ficam com “dinheiro na veia”, em caixa, para rodar a safra e manter as suas atividades econômicas.

Além da manutenção do Prodecoop-giro, fazem-se necessárias as seguintes medidas complementares à linha:

- Aumentar o limite de investimento para R\$ 75 milhões;
- Ampliar o prazo de reembolso para 12 anos, com carência de cinco, nos investimentos em infraestrutura com prazos de retorno superior a oito anos;
- Alterar o sistema de amortização, com menor a sobrecarga nos períodos iniciais e melhor distribuição ao longo da operação;
- Financiar a instalação e a modernização de unidades industriais para a produção de café torrado, solúvel e de bebida superior;
- Enquadrar equipamentos usados como itens financiáveis;
- Incluir como item financiável caminhões, reboques e semirreboques.

Procap-Agro

Diante do atual processo de alongamento de dívidas, dos efeitos da retração de crédito e do respectivo aumento da participação das cooperativas no processo de financiamento, faz-se necessária a criação de um programa inovador, que permita a reestruturação financeira, por meio de integralização de cotas-partes, e a recomposição de capital de giro nas cooperativas.

Diferentemente de uma empresa S/A, nas cooperativas não há possibilidade de captação de recursos via lançamento de ações negociadas em bolsas de valores. Diante disso, a proposta do Programa de Capitalização das Cooperativas Agropecuárias – Procap-Agro visa a atender a falta de capital das cooperativas e a reestruturação de seu patrimônio para implementar novos investimentos e negócios para seus associados.

Em suma, pretende-se angariar R\$ 2,5 bilhões de recursos – limitados a R\$ 25 mil por associado para integralização de cotas-partes e de R\$ 200 mil para cooperativas – nas modalidades de capitalização ou capital de giro, podendo ser acrescido em 50% no caso das centrais, com prazo de dez anos e dois de carência. A proposta de taxa de juros a ser equalizada pelo Tesouro Nacional é de 5,75% ao ano.

Proger Rural Cooperativo

Pequenos e médios produtores têm mais dificuldades de ter acesso ao crédito. Os agricultores familiares se beneficiam de programas governamentais, com um leque de linhas de financiamento. Por sua vez, como dependem pouco de recursos de terceiros, os grandes produtores têm as melhores classificações de risco bancário e acesso ao crédito garantido.

Uma importante ferramenta do crédito rural, que tem como alvo pequenos e médios produtores, para propiciar taxas de juros, prazos e demais condições compatíveis com sua realidade, o Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural), criado para atender os produtores com propriedades até 15 módulos fiscais, esta se esfacelando.

As cooperativas agropecuárias são uma opção para irrigação dos recursos desse

programa, com:

- Aumento na produtividade dos empreendimentos;
- Geração de novos postos de trabalho;
- Elevação da arrecadação tributária;
- Melhor distribuição de renda.

Cooperativas seguradoras

Considerando-se a tendência de crescimento acelerado do setor de seguro rural no Brasil, apoiado pelo apoio governamental de subvenção ao prêmio, da abertura do mercado de resseguro e da regulamentação do Fundo de Catástrofe, a criação de uma Companhia de Seguro Rural, voltada ao atendimento do sistema cooperativista, se torna de fundamental relevância. O Decreto-Lei nº 73, de 1966, permite a atuação das cooperativas no mercado segurador.

Considerações finais

Diante de custos elevados de produção e das incertezas relacionadas à crise financeira internacional e dos seus possíveis impactos na pauta de exportação do setor e na renda aos produtores rurais, essas propostas têm o propósito de ajudar na reestruturação e readequação do crédito rural.

Somam-se isso os novos conceitos que devem ser consolidados, tendo-se como exemplos os instrumentos privados de financiamento do agronegócio e a implantação de um seguro de renda ao produtor e associados de cooperativas. ■

1. Economista, especialista em Gestão de Cooperativas, gerente de Mercados da OCB.

2. Administrador, especialista em Marketing, assessor técnico-econômico da OCB.

3. Eng. agrônomo, mestre em Agronomia, assessor técnico-econômico da OCB.

4. Economista, assessora técnico-econômica da OCB.

Cooperativismo: desenvolvimento com justiça social.

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) está presente em todas as unidades da Federação e tem a missão de representar e fortalecer o cooperativismo, promovendo sua identidade e reconhecendo sua diversidade.

Ao todo são cerca de 7,8 mil cooperativas vinculadas ao Sistema OCB, sendo 1.611 somente no Ramo Agropecuário. Estas reúnem cerca de 1 milhão associados e geram em torno de 140 mil empregos diretos.

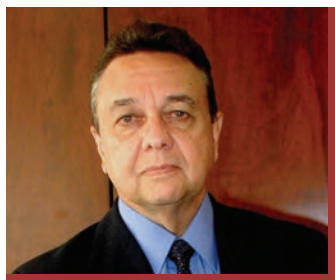
As cooperativas agropecuárias têm 38,4% de participação no PIB do setor e respondem por cerca de US\$ 4 bilhões em exportações diretas.

São organizações de pessoas que geram trabalho, renda e desenvolvimento com justiça social.



Diário de bordo

Nanotecnologia e megaresultados



Roberto Rodrigues*

O BRASIL detém a melhor tecnologia tropical do planeta, mas ainda há muito por avançar em pelo menos três áreas: a irrigação, a biotecnologia e a nanotecnologia.

Nanotecnologia ainda é uma área restrita a poucos iniciados.

Nano vem do grego, e significa anão. A nanotecnologia engloba qualquer técnica que caiba na escala nanométrica, em geral de 0,1 a 100 nanômetros. E um nanômetro tem o tamanho de um milionésimo de milímetro, de modo que nanotecnologia tem sido definida como a “ciência relacionada à manipulação da matéria ao nível molecular, visando à criação de novos materiais, substâncias e produtos, com uma precisão de átomo a átomo”.

Nanotecnologia, portanto, se refere à escala e não a objetos. Refere-se a técnicas usadas para manipular a matéria na escala de átomos e moléculas que demandam microscópios especiais.

E isso pode provocar uma revolução tão espetacular na área rural que só a imaginação mais fértil alcançaria.

A agricultura de precisão surge como um dos principais beneficiários da aplicação da nanotecnologia. Nanossensores poderão funcionar como uma rede onipresente distribuída no campo, que fornecerá informações sobre as condições de solo, umidade, fertilidade e sanidade, dispensando a presença física do agricul-

tor. Produtos nanotecnológicos, como os nanossensores, têm a característica de ser multifuncionais, servindo para otimizar o uso e a ação dos fertilizantes, fungicidas, inseticidas, desinfetantes, melhorando o produto final. Essas redes já estão sendo experimentadas na agricultura com base na idéia da poeira inteligente (*smart dust*) composta por milhares de nanossensores espalhados como se fossem olhos, narizes e ouvidos invisíveis. Parece coisa de ficção científica, mas não é.

A nanotecnologia poderá também criar matérias e sistemas com propriedades e funções inteiramente novas, mudando as características de tudo o que existe na natureza ou é fabricado pelo homem.

Há uma infinidade de resultados já conhecidos neste campo:

Cientistas da universidade Chiang Mai já usaram nanotecnologia para modificar a cor da variedade local de arroz Khao Kam, que é roxa, transformando a cor das folhas e caules dessa variedade para verde.

O National Science and Technology Development Agency (NSTDA) está trabalhando para alterar a superfície da seda em nível nanométrico de modo a produzir um material resistente à água e à sujeira, na esperança de dar à Tailândia vantagens competitivas em relação aos concorrentes.

Há empresas informando que produtos novos substituirão fungicidas, inseticidas e bactericidas com 50% de economia nos insumos, sem precisar de equipamentos ou armazéns especiais.

Portanto, alguns importantes avanços já estão sendo aplicados à produção agrícola e poderão tornar a agricultura independente da geografia, clima, solo, trabalho ou até de matéria-prima tradicional.

Em 20 anos muita coisa acontecerá no setor. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Lobby sadio



Cesário Ramalho da Silva*

A SOCIEDADE Rural Brasileira foi homenageada pelos seus 90 anos em Sessão Solene na Câmara dos Deputados. A ocasião nos deu oportunidade para ampliarmos o conhecimento do Legislativo federal sobre questões cruciais para o desenvolvimento sustentável do agronegócio nacional.

O Congresso Nacional é o fórum legítimo para o desenho de políticas públicas e informar deputados e senadores da realidade do agro, de desafios a resultados, o que é papel e dever das organizações representativas do setor. É o *lobby* sadio, genuíno, transparente e honesto. Dessa forma, ressaltei aos parlamentares que:

O maior desafio do agronegócio é o de crescer de forma sustentável, oferecendo renda ao seu principal agente, o produtor rural. O agro brasileiro deu mais ao País do que este foi capaz de assimilar e retribuir, e a sociedade, de compreender. O produtor é o elo mais fraco da corrente e precisa estar mais próximo das instituições que o representa.

Mostrar à opinião pública, especialmente, a urbana, os benefícios sociais, econômicos e ambientais que o agronegócio transfere para a sociedade é fundamental. Para isso, o setor rural precisa alinhar um discurso homogêneo. Caso contrário, ficaremos vulneráveis, com nossa imagem arranhada e reputação comprometida, principalmente em temas ligados ao meio ambiente.

A história mostra que a sustentabilidade do agro depende de quatro fatores fundamentais: tecnologia (pesquisa e desenvolvimento); defesa sanitária; políticas de estabilização de renda (crédito, seguro e preços); e infraestrutura de suporte e comercialização. É preciso eliminar a burocracia, porque o crédito não chega ao produtor. São necessários mais recursos para a pesquisa.

Tornou-se imprescindível que o Brasil desenhe uma nova política agrícola, com instrumentos efetivos e permanentes de proteção ao produtor, garantia de crédito, seguro e medidas como a redução da carga tributária.

No que diz respeito ao Código Florestal, a lei vigente é impossível de ser cumprida. É obsoleta, distante da realidade e tem caráter punitivo. O Brasil precisa de uma legislação ambiental que seja efetiva no seu papel de conservação, sem barrar a produção e o desenvolvimento do País.

É anacronismo e nos causa indignação o fato de quererem, insistentemente, separar os produtores rurais em classes de pequenos e grandes, destacando sempre que o último é o vilão do meio ambiente. Ao contrário. Seja pequeno, médio ou grande, todos são produtores rurais, com direitos e obrigações. Pensar de forma diferente é negar o direito de o pequeno produtor de almejar crescer e tornar-se grande.

O produtor é amigo do meio ambiente e dele depende a sua sobrevivência. Compreendemos que, em muitos casos, a desorganização fundiária é o gatilho dos principais danos ambientais.

Em relação à questão agrária, a reforma agrária brasileira é um programa de estatização de terras privadas, desapropriadas para que pessoas sejam assentadas. A produção é insignificante e os assentados ficam eternamente dependentes do assistencialismo do Estado e do anacronismo de movimentos pseudossociais, pois os agricultores não recebem os títulos de propriedade e, por isso, não conquistam a emancipação. A reforma agrária deveria e deve ter começo, meio e fim. Já passou a hora do fim. ■

Opinião

Priorizar pesquisa



João Sampaio*

COM A crise econômica mundial, os cortes parecem inevitáveis e abrangem as mais diversas áreas de uma empresa. Mesmo com o anúncio incessante de redução de custos, há espasmos de investimentos em pesquisa e tecnologia. É na crise que a inovação se faz mais necessária.

A Microsoft, empresa líder no quesito produtos inovadores, crescerá para mais de US\$ 9 bilhões seus recursos com pesquisa em 2009, conforme anunciou seu conselheiro geral, Brad Smith, em recente palestra proferida na Câmara Americana de Comércio (Amcham) em março. Para ele, a inovação é a palavra no momento de crise.

Pesquisa da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), realizada em abril deste ano, mostrou que haverá queda nos investimentos totais industriais no estado de São Paulo de R\$ 102 bilhões para R\$ 81 bilhões, comparados aos de 2008 e 2009. Má notícia. Mas a boa é que a redução menor deverá ser exatamente em P&D (5,7%) e inovação (2,3%). O corte maior será mesmo para aquisição de máquinas e equipamentos, da ordem de 27%. Tais estatísticas, válidas para o agronegócio, mostram o novo olhar do empresariado brasileiro, compatível com a de um grande competidor do comércio internacional.

E o Poder Público, como vai se comportar aqui e no mundo? Nos Estados Unidos, em meio ao turbilhão econômi-

co, o governo Barack Obama, além do gigante orçamento normal de US\$ 3,6 trilhões, ainda aprovou para o próximo biênio um pacote de estímulos de mais US\$ 787 bilhões para setores estratégicos, nos quais constam US\$ 111,4 bilhões voltados à pesquisa científica. O que caiu no governo Bush, agora foi recuperado e ampliado.

O governo do estado de São Paulo, entre 2007 e 2008, apresentou os maiores investimentos em pesquisa agropecuária dos últimos 25 anos. No total, foram R\$ 30 milhões para modernização e certificação dos centros e laboratórios, recursos provenientes do Tesouro do estado e das parcerias com as agências de fomento à pesquisa de São Paulo. Em 2009, não vamos parar, são outros R\$ 18 milhões previstos para inovação. Aliás, a Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa) recebe 1% das receitas ordinárias do estado de São Paulo.

A Apta (Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios), que abriga os seis institutos de pesquisa agropecuária de São Paulo, é responsável pelo desenvolvimento de ações voltadas à geração de conhecimento e novos cultivares. São mais de 1.500 linhas de pesquisa em desenvolvimento. Em 2008, foram lançadas 34 novas variedades de plantas, com destaque para cana, feijão, amendoim, seringueira e flores ornamentais. Graças ao programa de qualificação e certificação, seja na área animal ou vegetal, e credenciamento internacional dos laboratórios e dos centros de estudo, a pesquisa paulista alça novos vãos com a exportação de conhecimento e tecnologia para outros estados e, principalmente, firmando parcerias estratégicas com vários países.

É a exportação da inovação tecnológica, um outro patamar que o País tem todas as condições de desenvolver, especialmente em nosso setor – o agronegócio. Na contramão, a esfera federal aprovou para 2009 um corte e contingenciamento de R\$ 1,23 bilhão para ciência e tecnologia. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo